

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE ECONOMIA

LUIZA CANCELLIER

**O PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA E O SETOR DE
REVESTIMENTOS CERÂMICOS NO SUL DE SANTA CATARINA**

CRICIÚMA

2016

LUIZA CANCELLIER

**O PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA E O SETOR DE
REVESTIMENTOS CERÂMICOS NO SUL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharelado no curso de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Alcides Goularti Filho

CRICIÚMA

2016

LUIZA CANCELLIER

**O PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA E O SETOR DE
REVESTIMENTOS CERÂMICOS NO SUL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel no Curso de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em desenvolvimento socioeconômico.

Criciúma, 07 de Julho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Alcides Goulart Filho – Doutor (UNESC) - Orientador

Prof. Sandro Eduardo Grisa – Mestre (UNESC)

Fabio Farias de Moraes – Doutorando (USP)

Dedico este trabalho a meus pais Maria Judith Bez Birolo Cancellier (in memoriam) e Wilson Cancellier, pelo incondicional apoio, dedicação e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à minha família, em especial a meu pai Wilson, por todo o incentivo, dedicação e apoio durante todas as dificuldades encontradas na caminhada acadêmica e a minha prima Carolina, por todo o incentivo durante a elaboração deste.

À ANFACER, pela disponibilidade em ceder os dados nacionais relacionados ao setor cerâmico e à Eliane Revestimentos Cerâmicos S/A, pelo auxílio prestado na obtenção de dados relacionados à produção cerâmica da empresa.

A todos os professores do curso de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, em especial a professora Giovana Ilka Jacinto Salvaro e ao professor Thiago Rocha Fabris, por todo o auxílio prestado na elaboração da monografia.

A meu orientador, professor Dr. Alcides Goularti Filho, pela disponibilidade e auxílio concedido para que fosse possível a elaboração desta monografia.

A meus amigos e colegas do curso de Economia pelo auxílio e incentivo nos momentos difíceis nestes quatro anos e meio de jornada acadêmica.

“O desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade.”

Celso Furtado

RESUMO

A elaboração de políticas públicas sociais voltadas à habitação é de fundamental importância para a redução do déficit habitacional. Em 2009, no segundo mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dentro do conjunto de medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para promover o desenvolvimento do país, tem-se a elaboração do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com intuito de criar condições para o acesso à casa própria a famílias com renda mensal de até R\$4.650,00. Sendo assim este estudo tem por objetivo principal analisar a influência do PMCMV no setor de fabricação de revestimentos cerâmicos, que fornece seus produtos diretamente à construção civil, principalmente no sul catarinense, na região de Criciúma, que é considerado um centro de fabricação de revestimentos cerâmicos no país. Este estudo se trata de uma pesquisa bibliográfica e documental, com informações sobre habitação, cedidas pela Caixa Econômica Federal e utilização de sites estatísticos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (IPEA), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Banco Central do Brasil (BCB), além de dados referentes à fabricação de revestimentos cerâmicos cedidos pela Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos Louças Sanitárias e Congêneres (ANFACER) e Sindicato das Indústrias Cerâmicas de Criciúma (SINDICERAM). Para um melhor entendimento do estudo, o trabalho foi dividido em três capítulos, sendo que o primeiro aborda o cenário socioeconômico do Brasil nos anos 2000, o segundo apresenta a trajetória da política habitacional brasileira e o próprio Programa Minha Casa Minha Vida, e o terceiro trata sobre o déficit habitacional brasileiro, a construção civil e o setor de fabricação de revestimentos cerâmicos. Os estudos apontam uma melhora no quadro social e econômico do Brasil até a primeira metade dos anos 2000, criando assim, condições favoráveis para a elaboração de um programa habitacional nacional de grande envergadura, além disso, observa-se a redução do déficit habitacional brasileiro após a criação do PMCMV, com a entrega de 2.469.756 unidades habitacionais até o ano de 2015. Influenciado diretamente pela criação do programa, o setor de construção civil apresentou números significativos no que diz respeito à geração de empregos. Com o fomento do mercado interno consumidor, aumento da renda per capita e incentivo ao crédito, observa-se aumento na fabricação e na venda de revestimentos cerâmicos, principalmente após a elaboração do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, tanto no Brasil, quanto no polo produtor de Criciúma.

Palavras-chave: Construção Civil. Déficit Habitacional. Desenvolvimento. Programa Minha Casa Minha Vida. Setor Cerâmico.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de variação real anual do PIB (%) versus Taxa de.....	25
Gráfico 2- Inflação (IPCA) versus Selic Over (%a.a).....	26
Gráfico 3 - PIB per capita anual – Real e Nominal (R\$).....	31
Gráfico 4 - Índice de Gini (Brasil).....	32
Gráfico 5 - Composição do Déficit Habitacional 2007-2012 (%).....	58
Gráfico 6 - Saldo de Crédito para Habitação (% PIB).....	59
Gráfico 7 - Contratadas, entregues e concluídas (em UH).....	60
Gráfico 8 - Construção Civil (%PIB).....	62
Gráfico 9 - Variação real anual do PIB da Construção Civil (%).....	63
Gráfico 10 - Número de Trabalhadores na Construção Civil (Milhões).....	64
Gráfico 11 - Produção Nacional de Revestimentos Cerâmicos (m ² -milhões).....	68
Gráfico 12 - Vendas Nacionais de Revestimentos Cerâmicos (m ² -milhões).....	69
Gráfico 13 - Exportações Brasileiras de Revestimentos (m ² - milhões).....	70
Gráfico 14 - Produção no polo de Criciúma (m ² -milhões).....	73
Gráfico 15 - Vendas polo de Criciúma (m ² - milhões).....	74
Gráfico 16 - Número de Trabalhadores – Média Anual.....	76
Gráfico 17 – Produção Total – Eliane S/A (m ² - milhões).....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Ações Concluídas - PAC (2007-2010).....	28
Tabela 2- Ações Concluídas PAC 2 (2011-2014).....	33
Tabela 3 - Déficit habitacional total por região: 2007 a 2009 – 2011 a 2012.....	55
Tabela 4 - Percentual do déficit em relação à faixa de renda mensal familiar- 2007	57
Tabela 5 - Percentual do déficit em relação à faixa de renda mensal familiar- 2012	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANFACER	Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimento, Louças Sanitárias e Congêneres.
BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional da Habitação
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COABHs	Companhias Estaduais de Habitação
COOPHABs	Cooperativas Habitacionais
DFI	Danos Físicos ao Imóvel
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FCP	Fundação da Casa Popular
FGHAB	Fundo Garantidor de Habitação
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	Índice de Preço ao Consumidor Amplo
MIP	Morte e Invalidez Permanente (MIP)
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAIH	Plano de Ação Imediata para Habitação
PIB	Produto Interno Bruto
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RET	Regime Especial de Tributação
RM	Região Metropolitana

SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SINDICERAM	Sindicato das Indústrias de Cerâmica de Criciúma
SM	Salário Mínimo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL A PARTIR DE 2003	16
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS CORRENTES DE PENSAMENTO ECONÔMICO.....	16
2.1.1 Liberalismo Econômico	16
2.1.2 Keynesianismo	17
2.2. DESENVOLVIMENTO NO BRASIL	19
2.2.1 Conceito de Desenvolvimento	20
2.2.1.1 O Novo Desenvolvimentismo e Social Desenvolvimentismo.....	21
2.2.2 Cenário Socioeconômico do Brasil nos anos 2000.....	23
2.2.2.1 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	27
3 BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL.....	36
3.1 A QUESTÃO DA HABITAÇÃO E O DÉFICIT HABITACIONAL.....	36
3.1.1 Ações Habitacionais promovidas no período de 1930-1964	38
3.1.2 Ações Habitacionais no período da Ditadura Civil - Militar (1964-1984)....	41
3.1.3 Ações Habitacionais elaboradas entre 1985-2002.....	43
3.2 POLÍTICAS HABITACIONAIS RECENTES: GOVERNO LULA E DILMA	47
3.2.1 Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida.....	48
3.2.1.1 Instrumentos do Programa Minha Casa Minha Vida	50
3.2.1.2 Modalidades e estratégias do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida	50
3.2.1.3 Elegibilidade e Critério de Seleção dos Beneficiários	51
4 REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL E IMPACTOS DO PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA NA CONSTRUÇÃO CIVIL E NO SETOR CERÂMICO.....	54
4.1 REDUÇÃO DO DEFICIT HABITACIONAL.....	54
4.1.1 Unidades Habitacionais entregues pelo Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida.....	60
4.2 IMPACTOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL	61
4.3 IMPACTOS NO SETOR DE REVESTIMENTOS CERÂMICOS.....	65
4.3.1 Impactos no Setor Cerâmico na região de Criciúma.....	71
4.3.1.1 A empresa Eliane Revestimentos Cerâmicos	76

5 CONCLUSÃO	79
REFERÊNCIAS.....	82

1 INTRODUÇÃO

A elaboração de políticas públicas sociais voltadas para a habitação tem como um dos objetivos principais a solução da problemática do déficit habitacional, ou seja, levar à população a condição de adquirir a casa própria. Sendo assim, pode apresentar impactos significativos na economia, seja ela de um país, de um estado ou de uma região. A política habitacional movimentada o setor de construção civil, que por consequência, pode levar a um aumento na demanda por mão-de-obra e por matérias-primas ligados a este setor.

Com a retomada do planejamento no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2007 foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com intuito de estimular o crescimento e desenvolvimento do país. Dentro deste programa, entre outras medidas, foi elaborado o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que tem como foco principal, criar condições para que as famílias brasileiras tenham acesso à casa própria.

De maneira geral este estudo tem por objetivo principal analisar a influência do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida no setor de fabricação de revestimentos cerâmicos no país, mais precisamente no sul Catarinense, na região de Criciúma, que é considerada um dos grandes centros na fabricação cerâmica do país, entre os anos de 2000 a 2015. A fim de atingir o objetivo geral deste trabalho, elencam-se abaixo alguns objetivos específicos:

- Apresentar as duas principais correntes de pensamento econômico que orientam o Estado na condução de políticas públicas sociais;
- Elaborar uma pequena contextualização sobre o desenvolvimento;
- Apresentar uma contextualização socioeconômica do Brasil entre 2000 e 2015, incluindo os objetivos da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);

- Realizar uma contextualização histórica contendo as principais ações habitacionais promovidas pelo governo federal que antecederam o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida;
- Elencar os principais objetivos da criação do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida e identificar o número de unidades habitacionais entregues no período de 2009 a 2015 no Brasil;
- Analisar os impactos do programa no que diz respeito à geração de emprego no grande setor da Construção Civil no país;
- Analisar os impactos do programa no que diz respeito à geração de empregos e na produção cerâmica Sul Catarinense.

Em 2007, com a elaboração do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), são criadas medidas e programas a fim de promover o desenvolvimento do país. No âmbito social, com o objetivo da redução do déficit habitacional brasileiro, em 2009, dentro do PAC, cria-se o programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, com o objetivo de facilitar o acesso à moradia para famílias com rendimento mensal de até R\$ 4.650. Além de ser um programa importante no que diz respeito à redução do déficit habitacional, a construção de casas e edificações movimentou o setor da construção civil.

A construção civil possui forte capacidade de gerar emprego e renda. O setor de fabricação de revestimentos cerâmicos fornece os produtos para a construção civil, podendo a comercialização ser realizada pelas lojas de materiais de construção, ou através das vendas direto de fábrica e também concentra uma grande quantidade de funcionários.

O Estado de Santa Catarina se destaca no cenário nacional na fabricação de revestimentos cerâmicos. A maior concentração de fábricas do estado está situada Sul Catarinense. Setor diretamente ligado à construção civil torna-se de extrema importância o estudo para analisar a influência do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida no setor de fabricação de revestimentos cerâmicos, principalmente na região de Criciúma.

O presente estudo é constituído por pesquisas de carácter bibliográfico e documental. Para a elaboração desta pesquisa, o primeiro passo foi à realização de uma revisão da literatura, através de teses e dissertações publicadas em diversas bibliotecas digitais, livros, além de artigos sobre o tema, disponíveis em bibliotecas e acervos digitais.

Como um próximo passo da pesquisa, já de carácter documental, buscou-se informações sobre habitação, cedidas pela Caixa Econômica Federal (CEF), sites estatísticos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (IPEA), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Banco Central do Brasil (BCB), que são de fundamental importância para o desenvolvimento do estudo. Além disso, os dados referentes à fabricação de revestimentos cerâmicos de carácter nacional, foram coletados no site da Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres (ANFACER) e os dados relativos ao polo de fabricação de Criciúma, foram extraídas diretamente do Sindicato das Indústrias Cerâmicas de Criciúma (SINDICERAM).

Para um melhor entendimento da análise proposta neste estudo, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro aborda sobre desenvolvimento e apresenta o cenário socioeconômico do Brasil entre os anos de 2000 e 2015. O segundo capítulo apresenta as principais ações habitacionais promovidas pelo Estado antes da elaboração do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida e uma contextualização sobre o programa. Por fim, o terceiro e último capítulo analítico deste estudo, aborda a redução déficit habitacional brasileiro, a construção civil e o setor de fabricação de revestimentos cerâmicos no Brasil, e na região de Criciúma, um dos centros da fabricação cerâmica no país.

2 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL A PARTIR DE 2003

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS CORRENTES DE PENSAMENTO ECONÔMICO

Para dar início ao estudo referente à atual política desenvolvimentista do país, e também a política habitacional brasileira desenvolvida no segundo mandato do Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é necessário uma contextualização histórica das principais correntes de pensamento econômico, para mostrar a importância do papel do Estado na criação de políticas e garantia de direitos. Só assim, se pode entender as diretrizes tomadas por cada governo para a condução de políticas econômicas e sociais.

2.1.1 Liberalismo Econômico

Entre os séculos XVIII e XIX, alguns filósofos, economistas e sociólogos europeus formularam uma escola de pensamento voltada para a conduta dos homens na terra e “que serviu de justificativa ideológica, econômica e política para a consolidação e expansão do sistema capitalista pelo mundo” (NOGUEIRA, 2010 p.19), defendendo uma intervenção estatal mínima, chamada de liberalismo. Para os liberais, o mercado deveria criar suas próprias regras e mecanismos de funcionamento, sem intervenção estatal, o chamado *Laisses Faire*.

Dentre os principais fundamentos da política econômica liberal, destaca-se a defesa da paz, liberdade, austeridade fiscal, igualdade perante a lei, autorregulação do mercado, e a propriedade privada, sendo esta de fundamental importância para o embasamento da teoria liberal em relação ao Estado, com Estado mínimo para não violar a propriedade.

O principal pensador clássico que influenciou o liberalismo econômico foi Adam Smith, nascido em 1723 na Escócia. Em sua grande obra *A riqueza das nações: investigação sobre sua Natureza e suas Causas*, Smith essencialmente desenvolve a teoria de crescimento econômico clássica. Em uma de suas passagens neste livro, Smith cita o sistema de preços regulado livremente pelo mercado:

O preço de mercado de qualquer mercadoria específica pode, por muito tempo, continuar acima do preço natural da referida mercadoria, mas raramente pode manter-se muito tempo abaixo dele. Qualquer que fosse o componente do preço pago abaixo da taxa natural, as pessoas cujos interesses fossem afetados imediatamente perceberiam a perda e de imediato deixariam de aplicar na referida mercadoria um trato tal de terra ou tanto ou quanto de trabalho, ou de capital, e assim a quantidade colocada no mercado logo se reduziria ao estritamente suficiente para atender à demanda efetiva. Portanto, o preço de mercado dessa mercadoria logo subiria ao preço natural. Isso ocorreria, ao menos, onde reinasse plena liberdade. (SMITH, 1996, p.115).

Em sua obra, uma passagem que ficou marcada na história e que muito chama atenção na leitura é a “mão invisível”, em que o autor faz menção ao interesse individual beneficiando o interesse coletivo. Ou seja, para ele, a partir do momento em que o indivíduo busca seu interesse, ele vai ajudar na riqueza da nação, mesmo que esta não seja a sua intenção. Conforme passagem dos autores Bianchi e Santos (2005, p. 06), “cada indivíduo, agindo apenas em nome de seu próprio interesse, acaba contribuindo, sem o saber, para o bem comum, que, em nenhum momento, tinha sido seu objetivo declarado.”

2.1.2 Keynesianismo

O keynesianismo é uma corrente de pensamento que se opõe as ideias liberais. Esta corrente segue os princípios de Keynes. Britânico, John Maynard Keynes nasceu na cidade de Cambridge, em 1883, e veio como um marco na revolução da teoria econômica no campo da macroeconomia, através da escola Keynesiana. Segundo Bresser Pereira (1968, p.2), essa revolução “implica no estudo das medidas de intervenção do governo na economia, visando o pleno emprego, o maior desenvolvimento econômico, a estabilidade monetária e a melhor distribuição da renda.”

No final do século XIX e início do século XX, o mundo passava por grandes turbulências, que colocam em cheque as políticas liberais que dominavam as diretrizes da época, visto sua ineficiência, ou seja, as condições impostas pelo sistema liberal, já não vigoravam mais.

A total ineficácia dos expedientes liberais diante da crise de 1929, as mazelas econômicas e sociais geradas pela própria crise e pela II Guerra

Mundial, bem como o progresso material alcançado pelo mundo socialista, foram as condições históricas que engendradaram a adoção das diretrizes keynesianas pelos países capitalistas. (NOGUEIRA, 2010, p.26).

Keynes propunha em sua teoria a participação indispensável do Estado para o desenvolvimento do sistema de economia capitalista, bem como afirma Nogueira (2010, p.30): “a intervenção estatal na economia justifica-se na teoria keynesiana como a única solução plausível para manter as instituições econômicas da época, bem como garantir a livre iniciativa.” Ou seja, sem a intervenção e o auxílio do Estado, após a crise de 1929 e as guerras mundiais, seria impossível o empresário sozinho se reerguer.

Daqui pode-se tirar um dos pressupostos da economia keynesiana, com relação a riqueza produzida, como afirma Nogueira (2010, p.29), “o nível do PIB de uma economia é determinado pelas decisões dos agentes econômicos e, por isso, tenderia sempre ao desequilíbrio.”

Sua principal obra publicada no ano de 1936, em meio a grande período de instabilidade, a *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, veio em forma de resposta, contrariando os princípios da Teoria Clássica, principalmente a economia conservadora e o *Laissez Faire*, como afirma uma passagem de Bresser-Pereira (1968, p. 22):

[...] Esta obra seria antes de mais nada uma denúncia do laissez-faire. Keynes não era marxista, sequer socialista. Pelo contrário, acreditava no sistema capitalista, dentro do qual fora educado. Verificou, porém, que o sistema econômico capitalista estava longe de assegurar automaticamente o pleno emprego e o desenvolvimento econômico sem crises crônicas, de duração indefinida, como pretendia a teoria econômica vigente. Este fato fora também constatado pela maioria de seus contemporâneos. Mas apenas Keynes logrou montar um modelo teórico que tivesse condições de fazer frente ao modelo clássico

Em uma de suas principais passagens no livro *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, Keynes afirma que as expectativas são cruciais para a determinação do produto e do emprego:

[...] Uma mudança nas expectativas (quer a curto quer a longo prazo) só produzirá pleno efeito sobre o emprego depois de um lapso de tempo considerável. A variação do emprego resultante dessa mudança de expectativas não será no segundo dia igual a mudança do primeiro, nem no terceiro igual a do segundo, e assim por diante, ainda que não se verifiquem novas mudanças de expectativas. (KEYNES, 1982, p.54).

Em sua obra, Keynes também cita o ciclo econômico, com períodos de ascendentes e descendentes na economia:

Por movimento cíclico queremos dizer que, quando o sistema evolui, por exemplo, em direção ascendente, as forças que o impelem para cima adquirem, inicialmente, impulsos e produzem efeitos cumulativos de maneira recíproca, mas perdem gradualmente sua potência até que, em certo momento, tendem a ser substituídas pelas forças que operam em sentido oposto e que, por sua vez, adquirem também intensidade durante certo tempo e fortalecem-se mutuamente, até que alcançado o máximo desenvolvimento, declinam e cedem lugar a forças contrárias. (KEYNES, 1982, p.243).

Para Keynes, a poupança era um ato negativo. O sistema capitalista não é uma economia de poupadores, até porque é preciso aumentar os investimentos para poder sair da crise e o mercado por si só é incapaz disso. Além disso, para ele, a taxa de juros é um guia que orienta os investidores na tomada de decisão e as expectativas tem um papel fundamental na tomada de decisão, “pois o gasto capitalista é determinado pelas expectativas de rentabilidade, sujeitas a diversas incertezas de uma economia de produção”. (NOGUEIRA, 2010, p.29).

Apresentadas de maneira sucinta as duas principais correntes de pensamento que orientam o Estado na tomada de decisões, parte-se agora para uma breve análise do Brasil nos anos 2000, momento que, de acordo com Carneiro (2012, p.749) há uma “retomada do crescimento com distribuição de renda no país.”

2.2. DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Para entender as diretrizes tomadas pelo Estado brasileiro na conduta da política voltada para o desenvolvimento econômico e social do país nos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010) e posteriormente no governo da atual presente Dilma Rousseff (2011- 2014), se faz necessário apresentar um breve embasamento histórico sobre o desenvolvimento e seus conceitos.

2.2.1 Conceito de Desenvolvimento

O conceito de Desenvolvimento é bastante amplo. Costa (2012, p.1) caracteriza o desenvolvimento como “uma ideologia mutuante”, não podendo ser considerada, de acordo com o mesmo autor, uma corrente de pensamento econômico. A concepção mutuante, ou seja, de mudança, pode ser entendida visto às várias fases do desenvolvimentismo no Brasil, como será abordado a seguir.

Em cada período da história nacional, o desenvolvimento foi entendido de várias formas, como por exemplo, o fortalecimento da indústria nacional e infraestrutura, ou até mesmo como um desenvolvimento ortodoxo, com a fraca intervenção estatal.

Mas é preciso ter uma visão mais ampla de desenvolvimento. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) aborda sobre as questões desenvolvimentistas e um dos principais pensadores cepalinos, foi o brasileiro Celso Furtado. Para ele, apenas o crescimento econômico não é suficiente para entendermos o desenvolvimento. Precisamos de um estado forte, voltado na elaboração de políticas sociais e na melhor distribuição de renda. Furtado (2004, p.3) aborda as diferenças entre crescimento e desenvolvimento: “o crescimento econômico, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente.” Ainda conforme o autor:

O desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade. (FURTADO, 2004, p.4).

Sendo assim, o planejamento estatal baseado na elaboração de políticas sociais, voltadas à melhora as condições de vida de sua população, são cruciais para o desenvolvimento.

O desenvolvimentismo passou por praticamente três momentos no Brasil e nos países latino-americanos. O Nacional Desenvolvimentismo, ou “velho desenvolvimentismo” adotado a partir dos anos de 1930 foi o primeiro momento. De acordo com Bresser Pereira (2012, p.31), “as estratégias nacionais de desenvolvimento implicavam no fortalecimento da indústria nacional, através da

substituição de importação e nos investimentos diretos do Estado em infraestrutura e indústrias com grande necessidade de capital”, como por exemplo, as indústrias de base e esta fase foi conhecida como “nacional-desenvolvimentista”. Bresser Pereira (2012, p.32) ressalta ainda que:

Este nome (nacional – desenvolvimentista) tinha a função de enfatizar que em primeiro lugar, o objetivo básico da política era promover o desenvolvimento econômico e, em segundo lugar, para que isso acontecesse, a nação – ou seja, os empresários, a burocracia do Estado, as classes médias e os trabalhadores unidos na competição internacional – precisava definir os meios para alcançar este objetivo no âmbito do sistema capitalista, tendo o estado como principal instrumento de ação coletiva.

Um segundo momento pode ser caracterizado como ciclo desenvolvimentista autoritário, de 1964 a 1979, onde de acordo com Bresser Pereira (1985, p.276) tem-se a interpretação autoritária modernizante, sendo “baseada em duas ideias chave: desenvolvimento econômico e segurança nacional e em uma aliança política entre a burguesia local, a tecno-burocracia estatal e as empresas multinacionais”. Há então, neste período, uma concepção de desenvolvimento baseado no crescimento econômico. Ainda de acordo com Bresser Pereira (1985, p.277) esta interpretação:

Além de seu caráter essencialmente burguês, na medida em que defende enfaticamente a livre empresa, é uma interpretação tecnoburocrática, que privilegia o planejamento econômico e a intervenção direta no estado na economia, mas também como produtor de bens e serviços.

A política de desenvolvimento atual do Brasil, na visão de Carneiro (2012, p.767), “pode ser estruturada em duas grandes vertentes: o social desenvolvimentismo e o novo desenvolvimentismo.” No tópico a seguir, essas duas novas vertentes serão abordadas.

2.2.1.1 O Novo Desenvolvimentismo e Social Desenvolvimentismo

O novo desenvolvimentismo é uma terceira concepção na visão do desenvolvimento que “vem se desenvolvendo na América Latina e no Brasil, desde o início dos anos 2000”, como afirma Bresser Pereira (2012, p.43).

Essa nova concepção é explicada por Siscú, Paula e Michel (2005, p.3) como a construção de um “Estado capaz de regular a economia, que deve ser constituído por um mercado forte e um sistema financeiro funcional, isto é que seja voltado para o financiamento e não para a atividade especulativa.” Além disso, ainda na visão de Siscú, Paula e Michel (2005, p.3), o Estado “deve ser forte para permitir ao governo a implantação de políticas macroeconômicas defensivas ou expansionistas.” A visão de Bresser Pereira (2012, p.43), também se alinha a ideia dos autores anteriores, pois trata “o novo desenvolvimentismo como propostas macroeconômicas voltadas ao desenvolvimento.”

O social desenvolvimentismo vem sendo a principal abordagem do governo após 2002, através da elaboração de políticas públicas sociais voltadas para a melhor distribuição de renda e na melhora das condições de vida das famílias. Em sua abordagem desenvolvimentista, Costa (2012, p.33) mostra a importância do desenvolvimento de uma política social forte, para além da melhora das condições de vidas das famílias, o fomento do mercado interno:

Em contexto de crescimento da renda e do emprego, conjuntamente com a política de elevação real do salário mínimo e o programa de transferência direta de renda com condicionalidades (Bolsa Família), toda essa política social ativa, inclusive educação, fomentou o mercado interno com a mobilidade social. Essa inclusão social transformou o mercado do País no quinto maior do mundo em número de consumidores, considerando ranking de Nações. (COSTA, 2012, p.33).

As políticas sociais, de acordo com a definição dos autores Rua e Romanini (2003, p.10), podem ser definidas como “aquelas destinadas a prover o exercício de direitos sociais como educação, seguridade social (saúde, previdência e assistência), habitação e etc.” Os autores Conte e Severino (2006) citam as políticas sociais como características marcantes em seu governo:

A Política Social do Governo Lula tem como seu traço marcante os programas sociais de transferência de renda como o Bolsa Família, com o objetivo de diminuir a taxa de desigualdade social, na qual o país se encontrava. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social, órgão gestor do Bolsa Família, que integra o programa Fome Zero anteriormente citado, o programa é responsável pela distribuição de benefícios que podem variar de R\$ 22,00 a R\$ 200,00 por cada família participante, hoje, num total de aproximadamente 12 milhões de famílias em todo o país. (CONTE; SEVERINO, 2006, p.4).

Esta visão de social desenvolvimentismo se observa na economia brasileira desde 2003, com um Estado regulador e com políticas, na maioria das vezes expansionistas, para estimular o consumo, crescimento e desenvolvimento do país. Sendo assim, pode-se entender que a partir de 2003, o governo brasileiro passou a planejar o país através de políticas econômicas e sociais, voltadas ao desenvolvimento em si. Dentre tantos programas sociais elaborados no Brasil nesta década, a política de habitação criada no segundo mandato no governo Lula, por meio do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, será o foco principal deste estudo.

A seguir será apresentado um breve contexto da economia brasileira a partir do primeiro mandato do governo Lula, mostrando as principais ações sociais e econômicas voltadas para o desenvolvimento nacional.

2.2.2 Cenário Socioeconômico do Brasil nos anos 2000

Até meados dos anos de 1990, basicamente, até a criação do Plano Real, a economia brasileira passava por instabilidades, visto a elevada taxa de inflação, um grande problema que assombrava a economia na época. Segundo o IPEA (2010, p.31), “o Plano Real lançado em 1994 foi o responsável pela derrubada do regime de alta inflação que vigorou até então.” Ainda de acordo com IPEA (2010, p.11) “entre 1990 e 2002, o rumo traçado foi o de estabilizar a economia a qualquer custo, mesmo que o custo fosse fazer o país deixar de crescer.” Ainda de acordo com IPEA:

Outras características relevantes do período referem-se ao baixo crescimento do consumo das famílias, a baixa mobilidade social, isto é, a pouca modificação na distribuição pessoal da renda, e o péssimo desempenho do mercado de trabalho, com redução dos salários médios reais e pequeno crescimento das ocupações. (IPEA, 2010, p.26).

Ainda no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1999, foi implantando o tripé macroeconômico para a gestão da economia do país. De acordo com Nassif (2015, p.7):

Desde 1999, após o severo ataque especulativo de que foi vítima a economia brasileira, a política macroeconômica tem sido guiada pelo

chamado tripé: Regime de metas para a inflação, câmbio flutuante e superávits fiscais primários.

Após as eleições de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência do Brasil no dia primeiro de Janeiro de 2003 e seu primeiro mandato perdura até 2006. De acordo com Cano e Silva (2010), o governo “mantém a política macroeconômica que vinha sendo executada desde 1999.” Esta ideia vem ao encontro do que dizem os autores Summa e Serrano (2011, p.2), que analisam a continuidade das políticas econômicas, baseadas no tripé macroeconômico até 2005, ressaltando uma melhora a partir do ano de 2006:

A despeito dos elementos de continuidade do arcabouço de políticas macroeconômicas, o desempenho da economia brasileira na primeira metade da década não foi muito impressionante, mas melhorou consideravelmente a partir de 2006.

Porém, Cano e Silva (2010, p.6) observam ainda, que além da continuidade das políticas macroeconômicas do governo anterior, o governo Lula “acabou com o veto à Política Industrial e iniciou a formulação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), elaborada ao longo de vários meses.” Sendo assim, retomam uma política industrial “com ações mais articuladas, entretanto, na área de promoção de exportações.” (CANO; SILVA, 2010, p.8).

Vale salientar também que o primeiro mandato do Governo Lula foi muito importante no que diz respeito a políticas sociais voltadas a erradicação da fome e da pobreza extrema. De acordo com o IPEA (2010, p.27):

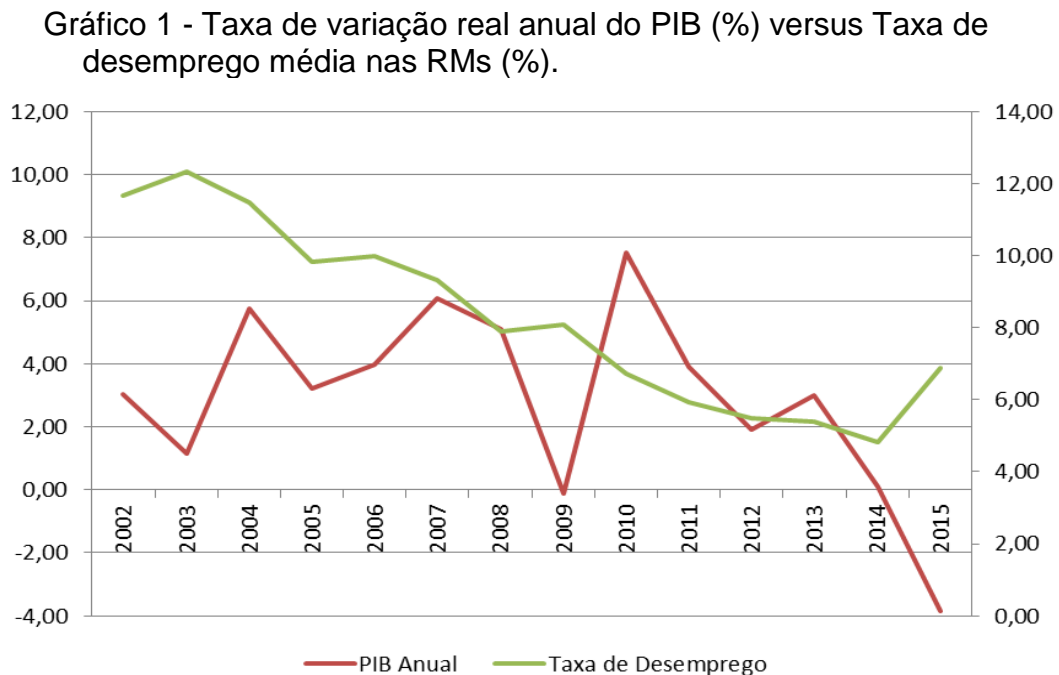
O que, entretanto, caracteriza de forma mais marcante os anos recentes é o enfrentamento da miséria e da desigualdade social, que foi tomado como um dos eixos estratégicos do governo na segunda metade dos anos 2000. Foi implantada uma política redistributiva assentada na recuperação do salário mínimo e na forte ampliação dos gastos sociais destinados a aposentadorias e pensões e às transferências de renda para famílias mais carentes.

Um exemplo é o programa Fome Zero, que de acordo com Maluf e Zimmermann (2005, p.7) “recorreu ao conceito de “linha de pobreza extrema” adotado pelo Banco Mundial, equivalente a uma renda per capita diária de US\$ 1,08.” Além disso, em 2004, foi instituído o programa Bolsa Família, que de acordo com Mesquita (2007, p.60) “é um programa de transferência condicionada de renda

para famílias com renda per capita até R\$120,00.” Segundo a CEF¹, o programa beneficia mais de 13 milhões de famílias.

Após um breve esboço sobre a direção das políticas econômicas e sociais no primeiro mandato do governo Lula, parte-se para a apresentação dos principais dados macroeconômicos e sociais do período. Lembrando que as séries analisadas abrangem os dois mandatos do presidente Lula (2003-2006 e 2007-2010) e primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014). Serão realizadas análises dos dois governos dentro do contexto.

O gráfico 01 apresenta a taxa percentual de variação real anual do PIB brasileiro e a taxa média anual de desemprego nas regiões metropolitanas do país, entre os anos de 2002 até 2015:



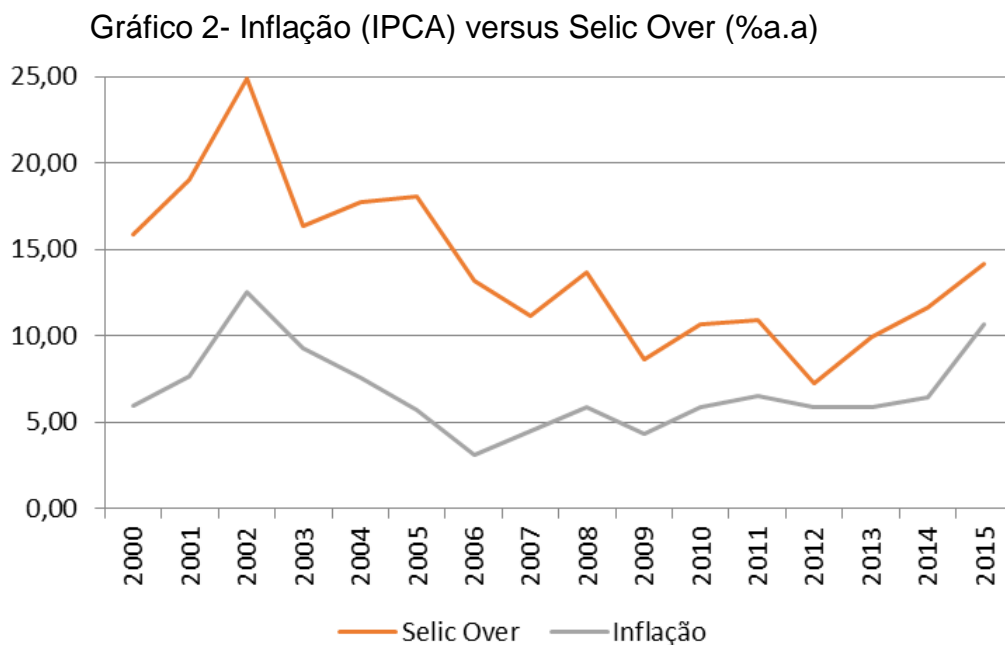
Fonte: IPEADATA (2002-2015). Elaboração própria.

Analisando o gráfico 01, entende-se que houve crescimento econômico no país, no primeiro mandato do presidente Lula, saindo de aproximadamente 1,14% em 2003 para 4% em 2006, com pico de aproximadamente 6% em 2004. De acordo com a visão de Curado (2011, p.92), se for realizada uma análise geral entre os

1 Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso dia 02 de Abril de 2016.

anos de 2003 e 2008, o período “foi marcado pela retomada do crescimento econômico. Neste período a taxa média de expansão do PIB foi da ordem de 4,2% ao ano.” No ano de 2009, o PIB brasileiro não apresentou crescimento, e sim, uma contração de 0,6%, “em decorrência dos impactos negativos da crise financeira global”, conforme abordagem de Curado (2011, p.92). Com Relação à taxa de desemprego, pode-se perceber que é um indicador que vem em queda constante, saindo de 12%, no ano de 2003, para 9%, em 2006. A partir de 2007, com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), têm-se impactos significativos na economia do país, porém este assunto será abordado posteriormente, quando será apresentando o PAC.

O gráfico 02 apresenta o Índice de Preço ao consumidor amplo (IPCA) juntamente com taxa básica de juros do país, (SELIC) entre os anos de 2000 e 2015.



Fonte: IPEADATA e BCB (2000-2015). Elaboração própria.

Analisando o percentual de inflação anual, pode-se perceber que, em 2002 (ano eleitoral e de transição de governos), a inflação chegou ao maior valor da série estudada (12,53%), e para conter os fortes níveis inflacionários daquele ano, a taxa SELIC apresentou o maior valor da série avaliada, chegando praticamente na casa dos 25% em 2002. Porém nos anos seguintes, até 2006, a taxa de inflação vem em

queda constante queda, chegando em 2006, fim do primeiro mandato de Lula, a 3,14%. Apesar da constante queda na taxa de inflação, entre 2004 e 2005, a taxa SELIC apresentou pequenos picos de alta, apesar da queda brusca se for realizada uma comparação entre 2002 e 2003, ano em que chegou a 16,33%. Com a inflação extremamente controlada, em 2006, a taxa SELIC atinge seu valor de 13%.

Como se pode observar nas análises dos gráficos 1 e 2, houve uma melhora no quadro macroeconômico do Brasil no período entre 2003 e 2006. Entrando no segundo mandato do presidente Lula, em 2007, tem-se a elaboração de novas políticas de planejamento oriundas do melhoramento do quadro macroeconômico como dito anteriormente, voltadas ao crescimento e expansão do mercado interno.

2.2.2.1 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Em 2007, no segundo mandato do governo do presidente Lula, mais precisamente no dia 22 de janeiro², instituiu-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que “promove a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.” (BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2007).

De acordo com o IPEA (2010, p.27) “a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) mostra que houve recuperação do planejamento de longo prazo, abandonado nas décadas anteriores de liberalização da economia.”

Pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, o PAC contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais. Teve importância fundamental para o país durante a crise financeira mundial entre 2008 e 2009, garantindo emprego e renda aos brasileiros, o que por sua vez garantiu a continuidade do consumo de bens e serviços, mantendo ativa a economia e aliviando os efeitos da crise sobre as empresas nacionais. (BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO)³.

2 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6025.htm>. Acesso em: 10 de abril de 2016.

3 Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac> - Acesso em: 10 nov. 2015.

Fazendo um breve comentário sobre a crise mundial de 2008, é importante ressaltar que a chamada “crise *subprime*”, de acordo com Carvalho (2010, p.2), foi “uma crise financeira detonada pela excessiva especulação sobre ativos de alto risco que foram financiados por empréstimos bancários” e, que de fato, atingiu muitos países do mundo. Porém, as medidas tomadas pelo governo federal, como elaboração do PAC, “foram essenciais para coibir os impactos da crise financeira que assolou os mercados internacionais.” (BRASIL, 2010, p.3).

Os investimentos do PAC foram de grande envergadura em três grandes eixos de atuação. De acordo com o balanço⁴ do PAC ocorrido entre os anos de 2007 - 2010, os investimentos previstos para as obras do PAC foram de R\$ 657,4 bilhões de reais, sendo investidos até outubro de 2010, praticamente 85% do total previsto. Ainda de acordo com os resultados do balanço do PAC, 82% dos empreendimentos foram concluídos até dezembro de 2010, alcançando R\$ 444 bilhões, distribuídos nas áreas de logística, infraestrutura, social e habitação, conforme a tabela 01:

Tabela 1- Ações Concluídas - PAC (2007-2010)

Eixo	Bilhões (R\$)
Logística	65,4
Energia	148,5
Social e Urbano	230,1

Fonte: Balanço PAC (2007-2010). Previsão até 31/12/2010

Como se pode perceber com a análise da tabela 01, o setor social e urbano foi o mais contemplado com ações do PAC com foco em saneamento e financiamentos habitacionais, conforme análise do primeiro balanço. O setor energético também merece destaque, com investimento na casa de 148 bilhões de reais. No setor de logística, investimentos no melhoramento e construção de rodovias nacionais, contemplam mais de 50% dos investimentos no setor, de acordo com dados do balanço do PAC.

Como foi dito anteriormente, o setor social e urbano foi contemplado com grande parte dos investimentos do PAC. Dentro desse importante programa criado pelo governo federal, em 2009, tem-se o lançamento do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que de acordo com Almeida (2011, p. 105), “é

4 Relatório de balanço do PAC- 2007-2010. Disponível em: www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais/v/a1bb6250. Acesso em: 04 abr. 2016.

dado como impulso decisivo ao setor habitacional e a economia como um todo, devido ao forte potencial da construção civil para a geração de emprego e renda.” O Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, tema central do estudo, será abordado com mais detalhes no capítulo 3.

É inegável que as políticas do governo brasileiro dos últimos anos, baseadas na elaboração de programas visando o desenvolvimento social e econômico, vêm trazendo resultados positivos. Segundo o IPEA (2010, p.28), “o PAC mostra uma nova face do Estado, menos capturado pelas políticas recessivas de estabilização de preços e mais voltado para estruturar o desenvolvimento e explorar as potencialidades da economia nacional.”

Vale salientar também, a importância dos bancos públicos nacionais nesta importante engrenagem do desenvolvimento. De acordo com análises do IPEA (2010, p.28), o “BNDES, o Banco do Brasil e a CEF têm exercido papel relevante no atendimento à demanda por crédito e financiamento de longo prazo, como resultado da retomada do crescimento da economia a partir de 2004.” Sobre a importância do aumento de crédito:

O aumento do crédito é vital para o desenvolvimento econômico e social. Nos últimos anos, o governo federal adotou uma série de medidas que resultaram na expansão do volume de crédito, sobretudo para pessoas físicas. Além disso, a queda da taxa básica de juros e o aumento da renda pessoal também estimularam o aumento do crédito habitacional. O objetivo para os próximos anos é continuar a expansão, sobretudo do crédito habitacional e do crédito de longo prazo, para investimentos em infraestrutura. (BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2016)⁵.

Como visto acima, a expansão do crédito voltada à área habitacional é essencial para o desenvolvimento do país. O sucesso do Programa de Aceleração do Crescimento, em sua primeira fase, de 2007 a 2010, é confirmado através da retomada das análises dos gráficos 01 e 02. A taxa de crescimento médio do PIB nacional neste curto intervalo de tempo chega a 4,64%. Os impactos da crise mundial de 2008-2009 explicam a retração de 0,6% no ano de 2009, mas o excelente crescimento no ano seguinte, 2010, de aproximadamente 7,5%, reforça que a crise não teve impactos tão severos no Brasil naquele momento. A taxa de desemprego neste período do PAC, também apresenta retração, e a crise mundial

5 Estimulo ao crédito e ao financiamento. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/medidas/estimulo-ao-credito-e-ao-financiamento>. Acesso em: 10 abr.2016.

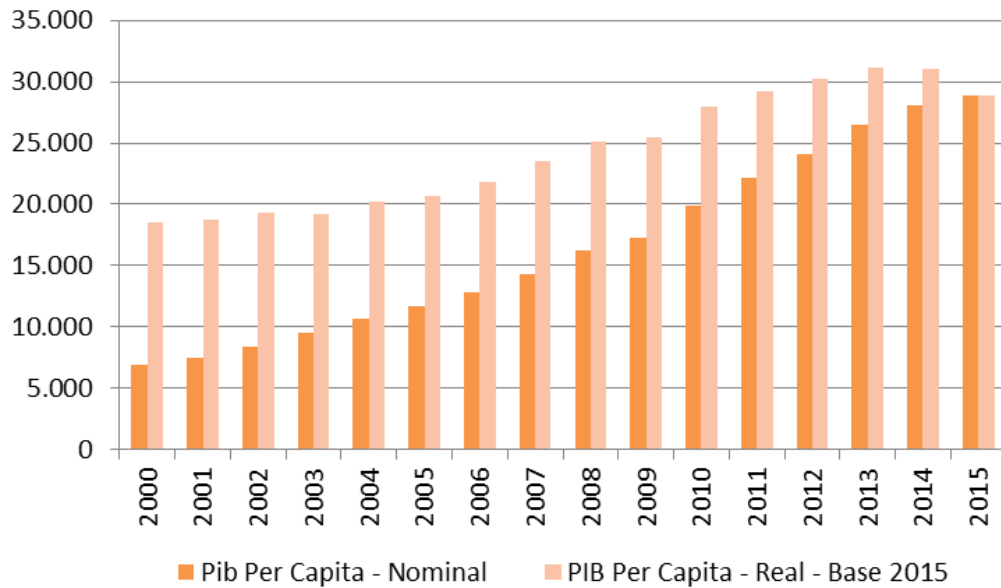
de 2009, não promove aumento significativo neste indicador. Em 2007, a taxa de desemprego média estava em 9,3%. Em 2009, a taxa praticamente se mantém constante se comparada com o ano anterior, em 8%. Em 2010, novamente em queda, a taxa de desemprego chega a 6,7% no país.

Sendo assim, entende-se que o PAC foi um grande gerador de emprego no período, uma vez que, por mais que a economia não tenha apresentado crescimento em 2009, a taxa de desemprego foi muito pouco afetada pela crise. A taxa de inflação, conforme análise do gráfico 02 se manteve praticamente constante, não superando em nenhum ano do segundo mandato (2007-2010), o teto da meta (6%), com picos de queda e de alta durante este período. O gráfico ainda mostra que, mesmo com o aumento da taxa de inflação entre 2006 e 2007, a taxa SELIC apresentou uma queda de 13,19% para 11,18%, ou seja, visto o fomento da economia neste período com a elaboração do PAC, uma taxa de juros reduzida, o custo dos investimentos ficam menores, há uma maior atratividade com relação à oferta de crédito e conseqüentemente um aumento no consumo. Apesar de alta na inflação e na taxa de juros, em 2008, nota-se que a crise mundial não afeta o país de maneira severa, visto que em 2009, com medidas de fomento ao mercado interno consumidor, há uma retração na inflação e na taxa de juros. Em 2010, no fechamento do segundo mandato do governo Lula, a taxa SELIC apresenta valor de 10,67% e a inflação anual fecha o ano na casa de 5,9%.

Como dito anteriormente, uma das características marcantes do governo, foram às políticas sociais voltadas para uma melhor distribuição de renda no país. O gráfico 03 apresenta o valor em reais do PIB per capita nacional anual nominal e real⁶:

⁶ PIB Real per capita calculado com base no IPCA de 2015.

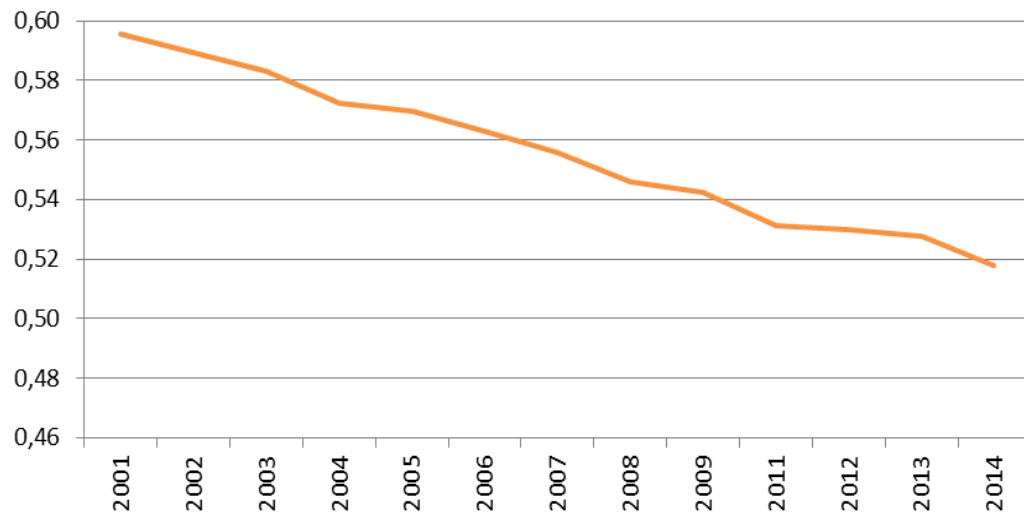
Gráfico 3 - PIB per capita anual – Real e Nominal (R\$)



Fonte: Banco Central do Brasil - BCB (2000-2015). Elaboração própria.

Analisando o gráfico 03, pode-se confirmar a tendência de aumento do PIB per capita no Brasil. Se considerarmos o PIB nominal, de 2003 a 2010, nos dois mandatos do governo Lula, tem-se um aumento considerável neste indicador. Em 2003, o PIB per capita nacional nominal atingia R\$ 9.511,00, dobrando este valor em 2010, quando chega a R\$ 19.878, ou seja, um aumento percentual de 109%. Com relação ao PIB per capita real, calculado com base no IPCA de 2015, observa-se também que durante o período dos governos de Lula, até 2010, o trabalhador teve um aumento real de renda, isso porque, apesar da inflação, houve um aumento real no salário. Além disso, o gráfico 04 apresenta dados sobre o Índice de Gini, que mede a distribuição de renda de uma determinada região.

Gráfico 4 - Índice de Gini (Brasil)



Fonte: IPEADATA (2001-2014). Elaboração Própria

Quanto mais próximo ao índice zero, melhor é a distribuição de renda. Apesar de ainda ser um índice alto, desde 2000, o índice mostra uma queda considerável, passou de 0,58 para 0,54, em 2009. Sendo assim, comprova-se que nos mandatos do governo Lula, houve uma melhor distribuição de renda no país.

Dando continuidade as políticas desenvolvimentistas iniciadas no governo Lula, em 2011, assume a presidência do Brasil Dilma Rousseff. Já no primeiro mandato da presidenta, em 2011, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) entra em sua segunda fase, com “mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras.” (BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2014).

De acordo com o Balanço⁷ do PAC 2, esta segunda fase segue basicamente 6 eixos, dando continuidade ao PAC: Transportes, Energia, Cidade Melhor, Minha Casa Minha Vida, Água e Luz para todos e eixo comunidade cidadã. Até 2014, ainda de acordo com o relatório de balanço do PAC 2, os investimentos chegam a aproximadamente R\$ 1,066 trilhão de reais, ou seja, supera ainda mais os investimentos feitos pelo PAC .

⁷ Balanço do PAC 2 disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/pac/11/PAC11.pdf>. Acesso em: 06 abr.2016.

A Tabela 02 apresenta a previsão das ações concluídas até dezembro de 2014, operando em aproximadamente R\$ 969,2 bilhões, distribuídos nos eixos conforme tabela a seguir:

Tabela 2- Ações Concluídas PAC 2 (2011-2014)

Eixos	Bilhões (R\$)
Transportes	66,9
Energia	253,3
Cidade Melhor	10,7
Comunidade Cidadã	5,5
Minha Casa, Minha Vida	449,7
Água e Luz para todos	10,3

Fonte: Balanço do PAC 2 (2011-2014).

Realizando uma breve análise dos dados apresentados na tabela 02, pode-se perceber que mais de 40% dos investimentos totais do PAC abrangem a área de habitação, sendo contemplada pelo Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, criado dentro do PAC, em 2009, e com um volume elevado de investimentos nesta segunda fase do PAC.

De acordo com o gráfico 01, pode-se perceber que entre os anos de 2011 a 2014, houve um crescimento médio de 2,23% no PIB, apenas mostrando sinais de estagnação da economia em 2014, com crescimento de apenas 0,1%. A taxa de desemprego novamente aparece em queda, nem mesmo a estagnação econômica de 2014, impede que haja queda neste indicador, atingindo o menor valor de toda a série analisada, chegando a 4,82%. A taxa de inflação, apresentada no gráfico 02, ainda se mostra controlada, mantendo-se praticamente estável no primeiro governo Dilma, girando em torno de 6%. Com relação à taxa de juros, em 2012, a SELIC atinge o menor valor de toda a série estudada, chegando ao valor de 7,3%, sendo assim ela é extremamente atrativa para investimentos em bens de capital e aumento do consumo, pelo fato de baratear a oferta de crédito no país.

O PIB per capita, por sua vez, apresentado no gráfico 03, também é uma variável que vem aumentando anualmente. Em 2014, o PIB per capita nominal chega a praticamente R\$28.000 por pessoa, sendo assim, desde 2003, o indicador apresentou alta de aproximadamente 200%, sendo explicada, entre outros fatores, pelo melhora na distribuição de renda do país. Tratando-se do PIB per capita real, apresentado no mesmo gráfico, observa-se até 2014 um ganho real dos

trabalhadores, porque houve um ganho real salarial dos trabalhadores. O Índice de Gini também vem em constante queda. O indicador social apresentado no gráfico 04 chega ao menor nível de todo o período estudado, fechando o ano de 2014 com 0,52. Ou seja, observa-se que a política de distribuição de renda no Brasil continua trazendo efeitos positivos.

Apesar da diminuição no crescimento econômico do Brasil no governo Dilma, se comparado ao governo Lula, é importante salientar que houve redução da taxa de desemprego no período, ampliação do crédito, que, de acordo com o balanço do PAC 2, chega a quase 50% do PIB, e elevação na taxa de investimentos, que apresenta uma média de, aproximadamente, 18% do PIB, no governo Dilma.

Em 2015, início do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, o governo federal fez o lançamento do PAC 3, com previsão⁸ de investimentos até o ano de 2018, no total de 1, 04 trilhão de reais. Ainda de acordo com o relatório de balanço do PAC 3, no ano de 2015, foram investidos praticamente 25% do previsto para todo o período, chegando a casa dos 251 bilhões. Apesar do cenário macroeconômico adverso no ano de 2015, com recessão econômica no país, com PIB negativo de -3,85%, alta na taxa de inflação (10,67%) e aumento na taxa básica de juros (14,15%), ocasionando um desestímulo do consumo e um aumento na taxa de desemprego (6,8%), ainda assim, o governo mostra empenho nas questões sociais. O PIB per capita nominal, em todo o período, inclusive em 2015, continua crescendo, chegando, em 2015, no maior valor da série estudada (R\$28.876). Com relação ao PIB per capita real, a alta da inflação se ocasionasse uma queda real na renda do trabalhador, porém vale salientar a alta durante todo o período estudado, mostrando ganhos reais ao trabalhador. Ainda na questão social, de acordo com o balanço do PAC 3, em 2015, dos 159,7 bilhões de reais concluídos com as ações do PAC 3, 91,2 bilhões foram direcionados para o eixo Social e Urbano, com ações concluídas no Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, financiamentos habitacionais, saneamento e Luz para todos. Sendo assim, mais de 57% das ações concluídas foram direcionadas ao âmbito social e urbano, mostrando que apesar de fraco desempenho econômico, o desenvolvimento social é mantido.

8 Relatório de balanço do PAC 3. Disponível em: www.pac.gov.br/sobre-o-pac/divulgacao-do-balanco. Acesso em: 30 abr. 2016.

Realizando um comentário final de toda a série analisada, nota-se que, apesar do ano de 2015 ter apresentado recessão econômica, a taxa e desemprego, taxa de juros e a inflação são menores do que em alguns anos da série analisada, principalmente se for realizada comparações em relação ao ano de 2003, quando o governo Lula assumiu, para as condições que encontramos hoje. A proposta social desenvolvimentista é característica do período analisando em questão, visto os grandes investimentos nas áreas sociais e urbanas e a melhora dos indicadores sociais analisados.

Caracterizado o cenário do Brasil nos anos 2000, parte-se agora para o segundo capítulo deste estudo, em que se realiza uma contextualização histórica das principais políticas habitacionais brasileiras e, por fim, a apresentação do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida. No capítulo 3, são apresentados os resultados do programa no Brasil com relação à queda do déficit habitacional, seus impactos na construção civil e na produção de revestimentos cerâmicos no país, com foco na produção sul catarinense.

3 BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL

Como foco principal deste estudo, será dada uma atenção especial à questão da habitação neste capítulo do trabalho. Aqui, são apresentados breves conceitos sobre políticas sociais voltadas a habitação, histórico dos programas habitacionais no Brasil e apresentação do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida.

3.1 A QUESTÃO DA HABITAÇÃO E O DÉFICIT HABITACIONAL

A precariedade nas condições de moradia de grande parte da população brasileira é uma das faces de onde se manifestam as desigualdades socioeconômicas do país. Em relação ao déficit habitacional, Carmo (2006, p. 4) afirma que:

A discussão do déficit habitacional no Brasil é antiga e diversos autores têm apontado que o acelerado crescimento demográfico, associado a uma forte migração do campo para a cidade, a partir de meados do século XX, tornou a situação da moradia no nosso país em um problema de primeira grandeza, colocando mais um elemento importante na situação de exclusão social do país.

O alto custo da aquisição da casa própria, como afirma Almeida (2011, p.12), faz com que “parte da população não conseguia acessar a moradia pela via do mercado formal”, agravando assim a questão do déficit habitacional brasileiro, que sempre foi um problema marcante na história do país.

Além disso, o “conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias.” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP, 2013). Ainda de acordo com a Fundação João Pinheiro (2013), “engloba as moradias sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções e que, por isso, devem ser repostas.” O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como déficit por reposição de estoque e déficit por incremento de estoque. (FJP, 2013).

Para Almeida (2011, p.46), “as necessidades habitacionais são um conceito mais amplo que engloba dois seguimentos de análise distintos, quais sejam: déficit habitacional de cunho mais quantitativo e de essência qualitativa.” Ou seja, “pela quantidade de domicílios e pelas inadequações dos domicílios existentes”.

De acordo com Lima (2014, p.7), “a moradia constitui bem imprescindível no contexto da vida social e um dos instrumentos por meio do qual se pode atingir a concretização da dignidade humana.” Reis (2011, p.8) ainda afirma que:

Historicamente, no Brasil, a questão habitacional nem sempre foi objeto de preocupação das autoridades governamentais. Somente na segunda metade do século XX, com a adoção da política desenvolvimentista, surgiram as primeiras iniciativas governamentais voltadas à definição de uma política para o setor, visando atender as necessidades imediatas.

A presença estatal na elaboração de políticas voltadas a habitação é de extrema importância nesse contexto, pois cria oportunidades para que a população tenha acesso à moradia digna, como sinaliza Almeida (2011, p.12):

Na ausência de intervenção do poder público e perante a imperativa necessidade de morar, essa população lança mão, então, de arranjos de convivência domiciliar, autoconstruções precárias e todo o tipo de soluções de alojamento, inclusive ilegais, de modo que acaba tornando-se estatística de déficit ou inadequação habitacional.

Além de estabelecer o bem estar da população, as políticas de acesso à moradia desencadeiam impactos positivos na economia. Reis (2011, p.24) afirma que “as políticas habitacionais, implantadas no Brasil, têm como objetivo garantir os direitos sociais da população e ao mesmo tempo, fortalecem o segmento da indústria da construção civil.”

Nesta parte do trabalho, será apresentado um contexto histórico das principais políticas habitacionais brasileiras a partir da década de 1930, pois é neste período que, segundo Reis (2011, p.24), “os primeiros programas ganharam força em virtude da dinamização do processo de industrialização que aumentam a tendência de urbanização acelerada na América Latina.” A afirmação apresentada abaixo, pelo mesmo autor, mostra seu início aqui no Brasil:

O modelo econômico urbano-industrial pós- Revolução de 1930 levou o Estado a investir na habitação para atender as demandas populacionais, mediante a construção de casas populares, financiadas pelas carteiras prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPI's. (REIS, 2011, p.24).

O mesmo período é aceito por Silva (1989, p.36), no qual atribui à participação intervencionista do Estado, enfatizando que “os padrões habitacionais

passam a ser definidos a partir daí, pela lógica que norteia o crescente intervencionismo do Estado na economia, destacando-se após 1930.” Vale ressaltar que, desde 1930 até 1964, “ocorreu o aumento do déficit habitacional devido à chegada de imigrantes estrangeiros e o êxodo rural, e assim surgiram as moradias precárias nas periferias das cidades.” (REIS, 2011, p.25).

3.1.1 Ações Habitacionais promovidas no período de 1930-1964

Como visto, é a partir dos anos de 1930 que o Estado intervencionista passa a ter uma preocupação na melhor alocação de sua população, visto o aumento efetivo na área urbana. De acordo com Silva (1989, p.38), em 1937, no governo do presidente Getúlio Vargas, o Estado vai assumindo certa responsabilidade quanto à questão habitacional, atendendo, porém uma parte restrita da população:

[...] em 1937 Getúlio Vargas cria as Carteiras Prediais, vinculadas ao sistema de previdência. Significa que o Estado pela primeira vez assume a responsabilidade pela oferta de habitações a segmentos da população urbana. Todavia era um atendimento restrito aos associados dos institutos da previdência [...]. (SILVA, 1989, p.38).

Ainda no governo Vargas, em 1942, de acordo com Silva (1989, p.39), tendo em vista a quantidade expressiva de casas de aluguel, o presidente impõe a “Lei do Inquilinato”, congelando os aluguéis. Verifica-se aqui então uma política de Estado que incentiva a “difusão da propriedade privada entre a classe média e os trabalhadores melhores remunerados, porém deixa o segmento carente da população o ônus de buscar solução para sua moradia.” (SILVA, 1989, p.39). Ou seja, entende-se aqui que o governo coloca em prática as primeiras medidas habitacionais, porém estas não atingem toda a população, principalmente, as mais carentes.

Em 1946, tem início o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, em que, conforme Silva (1989, p.40), a política “adotada sofre uma descontinuidade e tem-se um governo caracterizado por forte repressão e desmobilização do movimento operário.” Há assim, uma redução na participação do Estado na economia, ou seja, um período mais liberal e “diante de uma política de liberação da economia e de

controle e repressão do trabalhador, as medidas no setor habitacional foram marcadas por profunda ambiguidade.” (SILVA 1989, p.40).

De acordo com Reis (2011, p.25), neste governo, “Dutra criou a Fundação da Casa Popular (FCP), para atuar na questão da habitação popular, tendo como objetivo proporcionar habitações em condições dignas à moradia por meio dos recursos públicos.” Ainda sobre a Fundação da Casa Popular:

Instituída pelo Decreto-lei n.º 9.218, de 1º de maio de 1946 a Fundação da Casa Popular foi o primeiro Órgão, de âmbito nacional, voltado exclusivamente para a provisão de residências às populações de pequeno poder aquisitivo. Os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, antes dela, através das carteiras prediais, vinham atuando na área fragmentariamente, pois atendiam apenas a associados. (AZEVEDO; ANDRADE, 2011, p.1).

Para Silva (1989, p.41), “a atuação do FCP orientou-se em toda sua trajetória por uma ação limitada, pulverizada, além de pautar-se pelo clientelismo na decisão da construção, seleção e classificação dos candidatos.” Sendo assim, em 1964, foi decretada a falência do programa, isso porque a FCP apresentou “um desempenho ineficiente quanto à atuação dos institutos e caixas de pensões e teve participação em menos de 10% das moradias construídas por todas essas instituições.” (REIS 2011, p.25).

No segundo mandato do presidente Getúlio Vargas (1951-1954), o Brasil novamente é estimulado por uma política de desenvolvimento econômico, na qual, de acordo com Silva, (1989, p.42) “criou-se um clima político favorável para que os trabalhadores de modo geral, articulassem seus interesses.” Na questão habitacional, a alta inflação que prejudicava o país na época foi um dos fatores que prejudicou o financiamento habitacional, sendo que “verifica-se, a partir de 1950, um declínio da construção de conjuntos habitacionais, em decorrência da diminuição de recursos, devido ao incremento da inflação.” (SILVA, 1989, p.42).

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), segundo Silva (1989, p.44), “é um período considerado áureo no desenvolvimento econômico nacional, quando se encara a primeira fase da Revolução Industrial brasileira”, aumentando a população da área urbana. Nesse período, de acordo com Reis (2011, p.26), “houve a intensificação do processo de urbanização nas principais cidades brasileiras, criou-se aglomerados urbanos, geralmente no entorno das fábricas e indústrias e centros

comerciais”. Porém, “o modelo de política habitacional adotado se limita ao anterior” (SILVA, 1989, p.44), ou seja, ainda persiste o modelo FCP, que viria a decadência anos depois.

Em 1961, assume o presidente Jânio Quadros, que viria a renunciar no mesmo ano. Após a renúncia, João Goulart (1961-1964) assume a presidência do Brasil. Segundo Silva (1989, p.44), “este período é marcado pela intensificação da política populista.” Visto o aumento da urbanização do período e o vasto crescimento das favelas, o presidente Jânio cria duas medidas:

O Plano de Assistência Habitacional, que deveria em curto prazo, revigorar a FCP, sendo introduzida uma inovação quanto ao pagamento das casas que se fazia em valor fixo, passando a adotar uma proporcionalidade do salário mínimo. A médio prazo, seria criado o Instituto Brasileiro de Habitação, que como ser comparado a uma espécie de precursor do BNH (Banco Nacional de Habitação), com vistas a ocupar os vazios da política habitacional. (SILVA, 1989, p.44).

Vale salientar que Jânio não conseguiu colocar em prática estas medidas, visto o pequeno período de tempo que governou o país. No dia 7 de setembro de 1961, João Goulart é empossado e a questão habitacional, segundo Silva (1989, p.46), “foi contemplada pelo planejamento governamental que considerou a necessidade de coordenação de recursos e órgão encarregados pela habitação”, mas não houve um grande programa para tentar sanar o problema habitacional no país.

Fazendo uma análise dos anos de 1937 até 1964, o desempenho foi muito fraco com relação à questão habitacional. Lógico que, a partir de 1930, com Getúlio, o Estado começa a ter uma preocupação quanto às questões de moradia da população. Silva (1989) elenca que no governo de João Goulart, no ano de 1963, o déficit habitacional atingia praticamente 5 milhões de domicílios, e que neste período, somente 20.000 unidades habitacionais foram produzidas no país pelas ações do governo. Com alto crescimento demográfico e urbanização, a falta de recursos, como já elencado anteriormente, e problemas inflacionários foram algumas razões que explicam o baixo número de moradias entregues pelo Estado

3.1.2 Ações Habitacionais no período da Ditadura Civil - Militar (1964-1984)

A ditadura civil-militar foi instaurada no Brasil na década de 1960 e, nesse período, o país passava por um intenso processo de urbanização. Pode-se dizer que entre os anos de 1964 e 1984, o período é marcado pelo conservadorismo e autocracia da ditadura militar, com baixo caráter social, principalmente, no que diz respeito à distribuição de renda. Fagnani (1997, p.185) afirma que, nesta época, com relação às políticas sociais, houve “regressividade dos mecanismos de financiamento; centralização do processo decisório; privatização do espaço público; expansão da cobertura e da oferta de bens e serviços; e redução caráter redistributivo.”

No ano de 1964, ocorreram mudanças no que diz respeito à habitação, principalmente, com a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de habitação (BNH). A afirmação acima vem ao encontro do que ressalta Almeida (2011, p.67):

A partir de 1964, algumas mudanças importantes ocorreram na área habitacional. Pode-se afirmar que a mais importante delas foi à reforma do Sistema Financeiro Nacional, com a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). A criação do SFH foi um verdadeiro marco no setor [...].

Para Almeida (2011, p.68), o SFH “funcionou como mecanismo de captação de poupança de longo prazo para financiamentos habitacionais” e possuía duas fontes de recursos: O Sistema Brasileiro de Poupança e empréstimo (SBPE) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). “Durante o regime militar, houve o melhor desempenho do SFH, quando entre 1976 até 1982 foram financiadas em torno de 940 mil unidades habitacionais, sendo o ano de 1980 com o maior destaque com 627 mil unidades.” (REIS, 2011, p.27). Porém, ainda, não chegava às camadas mais carentes. Além disso, a característica de regressão do financiamento habitacional era que o mesmo, estava sendo totalmente regulado e autossustentado pelo mercado (FAGNANI, 1997).

O Banco Nacional de Habitação (BNH) foi criado em 1964 e, segundo Almeida (2011, p.69), veio “para ser o órgão central do SFH”. De acordo com Reis, (2011, p.27), “o BNH tinha a responsabilidade de gerir o SFH, fiscalizando e normatizando a aplicação de recursos provenientes das cadernetas de poupança,

sendo responsável também pela definição de financiamento dos mutuários.” Mas o BNH não operava sozinho no âmbito da política de habitação:

O BNH desenhava as diretrizes gerais e operava, em nível regional e local, por meio de agentes financeiros e promotores. Esses agentes responsáveis pela operacionalização da política eram as Companhias Estaduais de Habitação (COABHs) e as Cooperativas Habitacionais (COOPHABs), sociedade de economia mista controladas pelo governo, uma vez que seu capital provinha majoritariamente do setor público. (ALMEIDA, 2011, p.69).

Vale salientar a importância do BNH, não só por ser o órgão máximo do SFH, como já citado anteriormente, mas porque conforme Santos (1999, p.12), “exercia papel determinante na promoção da indústria da construção civil e, portanto, do nível de atividade e emprego do país.” Sendo assim, as políticas habitacionais interferem de forma positiva no desencadeamento econômico no país, que condiz com a opinião de Reis (2011, p.31) sobre o fato de que o BNH “contribuiu para o fortalecimento do setor da construção civil, com a criação de empresas, aumento do contingente de trabalhadores empregados no setor, tornando-se um dos principais meios de trabalho braçal.” Mas no que diz respeito à política de financiamento, Carmo (2006, p.46) afirma que esta foi regressiva e não atendeu as camadas mais carentes da sociedade, vindo ao encontro da afirmação de Fagnani (1997), citado acima:

No período do BNH a atuação do governo nas questões sociais obedeceu a uma determinada lógica: objetivando eliminar o déficit público, ocorreu utilização apenas residual de recursos a fundo perdido para o financiamento das políticas sociais – e a política habitacional não foi exceção. Caracterizou-se, então, um financiamento regressivo. (CARMO, 2006, p.46).

O SFH, que segundo Fagnani (1997, p.187), era “um dos mais expressivos instrumentos de centralização de poder da política social”, foi muito prejudicado pelos elevados índices de inflação que corroíam a economia Nacional e o salário dos trabalhadores até a década de 1980, fazendo com que o sistema de financiamento fosse abalado, isso porque “houve uma mudança na política salarial, com instituições de reajustes de acordo com a renda, pois os reajustes das prestações dos mutuários eram maiores que os reajustes de seus salários.” (REIS, 2011, p.27). Ainda de acordo com Reis (2011, p.29), “o SFH foi eficaz em seu

objetivo de proporcionar uma maior provisão de habitações no Brasil, no entanto, não conseguiu abranger as demandas da maior parte da população.”

A informação, trazida por Bonduky (2008, p.74), mostra que o “Sistema Financeiro de Habitação financiou a construção de 4,3 milhões de unidades novas”, porém em concordância com a visão de Reis, “embora a produção habitacional tenha sido significativa, ela esteve muito aquém das necessidades geradas pelo acelerado processo de urbanização que ocorreu no Brasil, na segunda metade do século.” Essa política teve um “reduzidíssimo caráter distributivo, pois uma parcela diminuta dos financiamentos foi direcionada para a população de mais baixa renda.” (CARMO, 2006, p.47). Esta informação, novamente vem ao encontro do que diz Fagnani (1997, p.192) quanto à habitação má distribuída, sendo que “menos de 5% das aplicações do SFH realizadas entre 1964-84 foram destinadas a famílias com renda de até três salários mínimos mensais.”

3.1.3 Ações Habitacionais elaboradas entre 1985-2002

Após quase 22 anos, em 1985, encerra-se a ditadura civil militar no país, iniciando assim um período democrático com a implantação da Nova República (1985-1990), começando pela posse do presidente José Sarney. Entretanto em 1986, decorrente dos problemas no SFH, o Banco Nacional de Habitação, um dos marcos da política habitacional no Brasil, é extinto:

Com o fim do regime militar, em 1985, esperava-se que todo o SFH, incluindo o BNH e seus agentes promotores públicos, as Cohab's, passassem por uma profunda reestruturação, na perspectiva da formulação de uma nova política habitacional para o país. No entanto, por conveniência política do novo governo, o BNH foi extinto em 1986 sem encontrar resistências. (BONDUKY, 2008, p.75).

A partir daí, de acordo com Bonduky (2008, p.76), “a Caixa Econômica Federal torna-se o agente financeiro do SFH, absorvendo precariamente algumas das atribuições do BNH.” O mesmo autor critica a regulamentação da forma de financiamento da habitação, pois acaba perdendo seu caráter social e passa a ser apenas mais uma forma de controle da política monetária:

A regulamentação do crédito habitacional passou para o Conselho Monetário Nacional, tornando-se, de modo definitivo, um instrumento de

política monetária, o que levou a um controle mais rígido do crédito, dificultando e limitando a produção habitacional. (BONDUKY, 2008, p.76).

O governo de Sarney apresentou um fraco desempenho no que se refere à contribuição para o financiamento de moradia no país, pois não existia uma política habitacional forte para alocação dos recursos. De acordo com Romagnoli (2012, p.53), “o governo focou suas ações nos programas alternativos [...] o principal deles foi o Programa Nacional de Mutirões comunitários”, porém a influência do clientelismo acaba minando a atuação, trazendo assim baixa eficácia e pouca efetividade.

Na rápida passagem pelo governo do presidente Fernando Collor de Melo, se instala o período neoliberal, que viria a se estender até 2002. No governo Collor, “o quadro de crise das políticas públicas na área de habitação se agravou, e foi marcado por mudanças superficiais no SFH.” (SANTOS, 1999, p.20). O principal programa criado em seu governo foi o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), que “previa a construção, em caráter emergencial, de aproximadamente 245 mil unidades habitacionais em 180 dias, por meio da contratação de empreiteiras privadas.” (SANTOS, 1999, p.21). Porém, ao final, o plano não cumpriu suas metas iniciais e de acordo com Santos (1999, p.21):

O período em questão foi marcado pela desvinculação dos programas habitacionais dos de saneamento e desenvolvimento urbano (o que contraria o relativo consenso de que a integração desses programas produz resultados socialmente mais eficientes), pela ausência de controle sobre a qualidade das habitações construídas e, principalmente, pela irresponsabilidade na gestão das fontes de recursos desses programas, notadamente o FGTS.

Após o impeachment do então presidente Collor, Itamar Franco assume o poder, governando o país até o final de 1994. Nesse mandato, já se verifica algumas mudanças na condução das políticas habitacionais, isso porque, conforme Santos (1999, p.21), “os programas na área de habitação popular, foram redesenhados e passaram a exigir a participação de conselhos com participação comunitária dos governos locais e uma contrapartida financeira desses últimos aos investimentos da União”, trazendo assim maior transparência. Nesse período, “foram criados dois programas para habitação o Habitar-Brasil e o Morar-Município, que foram mantidos ou melhorados na gestão posterior de FHC”. (SANTOS, 1999, p.21).

Vale salientar que, com um longo período de regência do SFH, não se teve impactos expressivos na redução do déficit habitacional, bem como afirma Almeida (2011, p.82), “foram concedidos subsídios de forma indiscriminada e não priorizou os segmentos populacionais de renda mais baixa, e, portanto não teve impacto expressivo sobre a redução do déficit habitacional.”

Nos anos de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, aprofundou-se o período neoliberal no Brasil, e, em seu governo, ao mesmo tempo em que conteve as altas taxas inflacionárias regentes no período via implantação do Plano Real, “trouxe efeitos perversos para a estrutura produtiva do país.” (CARMO, 2006, p.73). Além disso, foi um período marcado por privatizações, grande abertura comercial, e taxas elevadas de desemprego e ampliação das desigualdades sociais.

A partir de 1995, algumas políticas habitacionais são formuladas, porém é importante salientar que esse período é caracterizado por uma posição neoliberal. Sendo assim, de acordo com Almeida (2011, p.80), havia “uma limitação dos gastos da esfera pública, inclusive na área habitacional”, e algumas mudanças são realizadas, como a volta do financiamento via recurso do FGTS:

Em 1995, ocorre uma retomada nos financiamentos de habitação e saneamento com base nos recursos do FGTS, depois de vários anos de paralisação dos financiamentos, num contexto de alterações significativas na concepção vigente sobre política habitacional. (BONDUKY, 2008, p.79).

O marco principal do governo Fernando Henrique, foi à criação da Política Nacional de Habitação (PNH), em 1996, com o objetivo claro da criação de “novos programas que estavam coerentes com uma nova visão, deixando de privilegiar unicamente o financiamento à produção.” (BONDUKY, 2008, p.79). Além disso, Carmo (2006, p.168) destaca que o principal objetivo da criação do programa era a “universalização do acesso à moradia, por meio de soluções adequadas à natureza da demanda, considerando-se as características regionais e as condições socioeconômicas dos diversos grupos sociais.”

Visto os princípios liberais, essa política passa a “rejeitar os programas convencionais, baseados no financiamento direto à produção de grandes conjuntos habitacionais e em processos centralizados de gestão.” (BONDUKY, 2008, p.79). De maneira sucinta, elencam-se os principais programas que fazem parte do PNH, conforme Bonduky (2008, p.80):

A criação de programas de financiamento voltados ao beneficiário final, (Carta de Crédito, individual e associativa), que passou a absorver a maior parte dos recursos do FGTS. Além deste, criou um Programa voltado para o poder público, focado na urbanização de áreas precárias (Pró-Moradia), paralisado em 1998, quando se proibiu o financiamento para o setor público e um programa voltado para o setor privado (Apoio à Produção), que teve um desempenho pífio.

A Carta de Crédito Individual atende os beneficiários com salários até 12 salários mínimos, ou seja, não atinge ainda as populações mais carentes. De acordo com Almeida (2011, p.83), o programa é operado pela CEF que utiliza o FGTS, ou seja, “funciona como uma demanda espontânea, a partir da qual aquela instituição verifica a capacidade de pagamento conforme comprometimento máximo da renda familiar.”

Para a população com renda até 3 salários mínimos, os programas intitulados foram o “Habitar-Brasil, financiado com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e o Pró-Moradia, financiado por um fundo gerado a partir de contribuições mensais compulsórias dos trabalhadores empregados no setor formal da economia, o FGTS.” (SANTOS, 1999, p.23).

Sabe-se que as políticas públicas, de caráter social, estão diretamente ligadas com os rumos dados à política macroeconômica. De acordo com Carmo (2006, p. 169), a maneira com que foram conduzidas as políticas monetárias e fiscais, nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, prejudicou de certa forma a política habitacional:

Os limites para o desempenho da política habitacional estão associados de maneira mais geral às escolhas de política macroeconômica realizadas pelo governo, principalmente, no segundo mandato do governo FHC. A necessidade de ano após ano gerar-se superávits fiscais, foi, pelo menos neste momento, incompatível com uma política habitacional que pudesse incluir parte da população a condições mínimas de cidadania. Conforme já assinalamos, a produção de moradias é fortemente condicionada pela estabilidade do poder de compra da moeda e pelo desempenho da atividade econômica. Uma destas condições foi satisfeita no período, outra não. A produção de riquezas e a renda tiveram trajetórias frustrantes, com reflexos negativos sobre o mercado de trabalho. (CARMO, 2006, p. 169).

É importante ressaltar que foram realizados pequenos programas habitacionais nesse período, porém não atenderam toda a população de maneira igualitária para promover a redução do déficit, principalmente as mais carentes. De

acordo com Carmo (2006, p. 169), “as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul receberam proporcionalmente um número maior de financiamentos do que os respectivos déficits habitacionais e pouco acima da representação populacional, enquanto nas regiões Nordeste e Norte ocorreram o contrário” e os objetivos iniciais do PNH ficaram longe de atingir os objetivos de sua implantação.

3.2 POLÍTICAS HABITACIONAIS RECENTES: GOVERNO LULA E DILMA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é marcado pelo caráter de melhoras nas condições sociais da população Brasileira. No início de seu mandato, algumas alterações são realizadas com o intuito da redução do déficit habitacional brasileiro, um deles é a criação do Projeto Moradia que tem por objetivo “traçar estratégias para enfrentar o problema do déficit quantitativo e qualitativo da habitação no Brasil.” (ALMEIDA, 2011, p. 95). Alguns órgãos foram criados para a execução deste programa, como a “criação do Ministério das Cidades (2003), através da criação do Sistema Nacional de Habitação e Conselho das Cidades.” (ALMEIDA, 2011, p. 95).

Nesse governo, também, tem-se a continuidade ao PNH, implantado no governo Fernando Henrique, porém no Governo Lula, é criada uma nova PNH, que tem por objetivo principal “a universalização do acesso à moradia digna para todo o cidadão brasileiro, implicando a priorização de investimentos para a população de baixa renda, consoante ao perfil do déficit habitacional brasileiro.” (ALMEIDA, 2011, p. 97).

Como principais instrumentos, destacam-se o “SNH, Desenvolvimento Institucional, Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento da Habitação e Plano Nacional de Habitação.” (ALMEIDA, 2011, p. 97). Ressalta-se que os principais instrumentos citados possibilitaram a criação de mais uma série de planos, porém, como o objetivo é apenas fazer um esboço das principais ações, não serão apresentados aqui.

Para Carmo (2006, p.171), “a atuação do governo Lula, pelo menos nos dois primeiros anos, foi muito mais marcada pela continuidade do que propriamente pela ruptura com a política habitacional colocada em marcha a partir de 1996”, com

financiamento via FGTS e sem subsídios, continuando com programas como a Carta de Crédito individual e o Pró Moradia, por exemplo. Porém, o mesmo autor salienta que “há um esforço para privilegiar o atendimento das classes de renda até cinco salários mínimos, colocando a política habitacional mais próxima da parcela da população sujeita ao déficit.” (CARMO, 2006, p.171).

De fato, “somente a partir do ano de 2005 começam a ocorrer mudanças significativas no que diz respeito à ampliação de recursos de todas as fontes”, tendo como foco principal a população de baixa renda, considerando que, até então, os resultados apresentados no primeiro mandato de 2003 a 2006 “alcançaram volumes pífios.” (ALMEIDA, 2011, p.105).

A partir de 2011, Dilma Rousseff dá continuidade aos principais programas criados pelo governo Lula. Na questão da habitação, em 2011, no governo Dilma, é lançado o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida 2, e, de acordo com Moreira (2013, p.25), os investimentos foram “quase nove vezes maiores que o programa original, lançado em março de 2009”. Programa consolidado no âmbito nacional, em 2015, o governo federal lança o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida 3, que se será exposto a seguir.

3.2.1 Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida

Criado em 2009 pelo Governo Federal dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Minha Casa Minha Vida vem como um dos marcos na política habitacional Brasileira. O PMCMV se fundamenta na ideia de que a “ampliação do acesso ao financiamento de moradias e de infraestrutura proporciona mais emprego e oportunidades de negócio, e prevê investimentos da ordem de R\$ 34 bilhões para a construção de 1 milhão de moradias” (BRASIL, 2009), sendo que, dos 34 bilhões de investimento total, 16 bilhões são subsídios para moradias concedidas a famílias com faixa de renda de até R\$ 1.395,00. BRASIL (2010, p.52). O artigo 1º da medida provisória nº 459, de 2009 dispõe sobre a finalidade do PMCMV:

O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00

(quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e compreende os seguintes subprogramas: o Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU; e o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. (BRASIL, CASA CIVIL, 2009).

De acordo com Reis (2011, p. 73), “o programa tem finalidades sociais, centrado no resgate da dignidade humana, minimizando o déficit habitacional que historicamente se produziu no Brasil, resultante da fragilidade das políticas dos governos anteriores, com o bem-estar dos segmentos menos favorecidos.” Além de seu caráter social, o PMCMV “contempla a geração de trabalho e renda, ressaltando que o setor da construção civil é um dos ramos que mais emprega a força de trabalho braçal.” (REIS, 2011, p. 73). É uma política pública de caráter social, voltado para a habitação, que gera efeitos positivos na economia do país como um todo.

O objetivo do PMCMV é permitir acesso a um milhão de moradias por famílias com renda até dez salários mínimos, gerando com isso mais emprego e renda por meio do aumento do investimento na construção civil, além de fortalecer a política de distribuição de renda e inclusão social. Para atingir esse objetivo, o programa estimula a criação de mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais. (SHIMIZU; DOMINGUES. 2011, p.3).

Reis (2011, p. 75) elenca que as principais fontes de investimentos do PMCMV “originam-se da transferência de recursos do Fundo de Arrendamento Residência (FAR); subvenção econômica a municípios com população de até 50 mil habitantes; participação do – Fundo Garantidor de Habitação (FGHab); e a concessão de subvenção econômica ao BNDES.” Além disso “é gerenciado em sua operacionalização pela instituição financeira estatal, representada pela Caixa Econômica Federal.” (REIS, 2011, p.75).

O tratamento diferenciado para estimular a moradia popular é assegurado na legislação do programa, ressaltando-se situações específicas que determinam valores de custas e emolumentos reduzidos, especialmente em casos onde se apresente a comprovação de renda mensal comprometida, ressaltando-se em especial, quando os imóveis residenciais forem destinados a beneficiário com renda familiar mensal superior a 6 (seis) e até 10 (dez) salários mínimos; e quando os imóveis residenciais forem destinados a beneficiário com renda familiar mensal superior a 3 (três) e igual ou inferior a 6 (seis) salários mínimos. REIS (2010, p.77).

Para Reis (2011, p. 76), “a gestão dos recursos e os encaminhamentos das atividades pertinentes à concessão da casa própria popular articulam-se

politicamente com os objetivos de superação da realidade que a população pobre do Brasil se encontra.”

3.2.1.1 Instrumentos do Programa Minha Casa Minha Vida

Conforme o detalhamento que segue, o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida traz instrumentos que, segundo (BRASIL, 2010, p.50), “procuram resolver um conjunto de gargalos que impedem ou tardam o desenvolvimento de uma política habitacional para as faixas com menor renda.” De acordo com BRASIL (2010, p.50), são eles:

- Criação do Fundo Garantidor de Habitação (FGHAB);
- Barateamento dos seguros: Morte e Invalidez Permanente (MIP), e Danos Físicos ao Imóvel (DFI);
- Redução dos prazos e custas cartoriais;
- Incentivos fiscais para a produção de imóveis para a baixa renda (redução da alíquota do Regime Especial de Tributação – RET – de 5% para 1%);
- Linhas de financiamento para infraestrutura e modernização da cadeia produtiva;
- Estabelecimento de parâmetros para uso de materiais ambientalmente sustentáveis;
- Redução de prazos para o licenciamento ambiental;
- Regulamentação de um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e a titulação de seus ocupantes.

3.2.1.2 Modalidades e estratégias do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida

O Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida “foi construído a partir de estratégias diferenciadas de atendimento para as diversas faixas de renda.” (BRASIL, 2010, p.52). Reis (2011, p.77) afirma que “o tratamento diferenciado para estimular a moradia popular é assegurado na legislação do programa.”

Para as famílias com renda mensal de até R\$ 1.395,00 (ou R\$ 20 mil anuais, no caso de área rural), o governo incentiva a produção de unidades habitacionais por meio de um regime especial de tributação e a aquisição dessas unidades por meio da concessão de subsídios aos beneficiários; Para as famílias com renda até R\$ 2.790,00 (ou R\$ 55.800,00 anuais, no caso habitação em área rural), o incentivo é uma combinação de redução de juros, disponibilização de fundo garantidor, regime especial de tributação e concessão de subsídio, em valor inversamente proporcional à renda; Para as famílias com renda de até R\$ 4.650,00, o incentivo é a redução dos custos de seguro e o acesso ao Fundo Garantidor de Habitação. (BRASIL, 2010, p.52).

Com algumas alterações desde o início do programa, no ano de 2015, o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida atendia 4 faixas renda (BRASIL, MINHA CASA MINHA VIDA)⁹:

Faixa 1: A modalidade MCMV produz empreendimentos habitacionais destinados às famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.800,00. Os valores dos imóveis variam de acordo com a localidade. E pode ser custeado até 90% do valor do imóvel pelo Programa.

Faixa 1,5 destinado a famílias com renda até R\$ 2.350,00, oferece subsídios de até R\$ 45.000,00 para financiamento de imóveis até R\$ 135.000,00, dependendo da sua localização.

Faixa 2, destinado a famílias com renda entre R\$ 2.351,00 e 3.600,00, permite que você faça diretamente uma simulação para saber o valor do subsídio que o programa te oferece e ir diretamente ao Banco do Brasil ou à CAIXA para pedir um financiamento.

Faixa 3: A modalidade MCMV Financiamento também possibilita o acesso à moradia por meio de financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, de famílias com renda bruta mensal acima de R\$ 3.600,00 e até R\$ 6.500,00, com condições especiais de taxas de juros até 8,16% a.a., reduzidas em relação às praticadas pelo mercado imobiliário.

3.2.1.3 Elegibilidade e Critério de Seleção dos Beneficiários

Para se cadastrar no Programa, é necessário que se atenda os seguintes critérios, BRASIL (2010, p.53-54):

- Não seja proprietária ou promitente compradora de imóvel residencial;

9 Informações do programa habitacional PMCMV. Disponível em: <http://www.minhacasaminhavida.gov.br/sobre-o-programa.html>. Acesso em: 09 abr. 2016.

- Não tenha sido beneficiada, a qualquer época, com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, destinados à aquisição de unidade habitacional;
- Não seja detentora de financiamento imobiliário ativo em qualquer localidade do território nacional;
- Não seja proprietária, cessionária, arrendatária dos programas do Governo Federal.

Os critérios nacionais de seleção dos beneficiários do PMCMV seguem a seguinte ordem, conforme disposto na Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, BRASIL (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2011):

- Famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
- Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;
- Famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

Em 2011, o governo federal lançou o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida 2, que de acordo com Moreira (2013, p.25), os investimentos foram de “quase nove vezes maiores que o programa original, lançado em março de 2009”, além disso, houve algumas alterações em relação a primeira fase do programa, com objetivo de “financiar até 2014 dois milhões de unidades habitacionais.” (BRASIL, PROGRAMAS DO GOVERNO).

A nova fase do programa habitacional criado pelo Governo, o Minha Casa Minha Vida 2 planeja que 60% das moradias sejam financiadas para as famílias com renda mensal de até R\$ 1.395,00, contanto com subsídios que podem chegar até 95% do valor do financiamento. (BRASIL, PROGRAMAS DO GOVERNO)¹⁰.

Após a apresentação do Programa habitacional Minha Casa Minha Vida e seus possíveis impactos na redução do déficit habitacional e na construção civil, parte-se agora para o próximo capítulo, em que são abordados dados sobre o déficit

¹⁰ Programas do governo. Disponível em: <http://www.programadogoverno.org/minha-casa-minha-vida-2/>. Acesso em: 08 abr. 2016.

habitacional Brasileiro e os impactos do programa no setor de construção civil no Brasil como um todo, com foco no setor de fabricação de revestimentos cerâmicos no Brasil e em Santa Catarina.

4 REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL E IMPACTOS DO PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA NA CONSTRUÇÃO CIVIL E NO SETOR CERÂMICO

O terceiro e último capítulo deste estudo busca trazer os principais resultados do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, tanto em sua contribuição para redução do déficit habitacional brasileiro, quanto no seu impacto na construção civil e no setor cerâmico, que está diretamente ligado à construção.

4.1 REDUÇÃO DO DEFICIT HABITACIONAL

A Fundação João Pinheiro (FJP) vem realizando desde 1995 estudos relacionados ao déficit habitacional brasileiro.

Considerada referência entre os estudiosos da questão habitacional e adotada oficialmente pelo governo federal, a metodologia da FJP tem sido aprimorada, com a preocupação de retratar cada vez mais fielmente a situação habitacional do Brasil. (FJP, 2015).

Vindo ao encontro deste aprimoramento, a partir de 2007, foi realizada uma manutenção no cálculo do déficit habitacional brasileiro, agregando a este a coabitação familiar, que era, de acordo com a Fundação João Pinheiro (2015), obtida apenas por pesquisas específicas que levantavam informações detalhadas sobre a questão.

Isso foi possível a partir da incorporação pelo IBGE de duas questões específicas sobre o assunto no questionário básico da Pesquisa Nacional por amostra de domicílio (Pnad) 2007. Tais questões permitiram identificar, entre o total das famílias conviventes, aquelas que afirmam desejar constituir domicílio exclusivo, consideradas então déficit habitacional. (FJP, 2015).

Além disso, também no mesmo ano, foi realizado outro ajuste na metodologia do cálculo: o componente adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados, que não era considerado déficit até então, passou entrar no cálculo através da consideração percentual dos domicílios com adensamento excessivo nos apartamentos e as casas alugadas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP 2015).

Com isso, desde 2007, o déficit habitacional é calculado pela soma de quatro componentes: domicílios precários, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados (FJP, 2013). A própria Fundação João Pinheiro (2013, p.14-19) e Almeida (2013, p.48) apresentam as definições e conceitos dos componentes apresentados acima:

O componente domicílios precários considera no seu cálculo dois subcomponentes: os domicílios improvisados e os rústicos. (FJP, 2013, p.14)

O Conceito de coabitação familiar engloba todas as famílias que residem no mesmo domicílio com outra família, e ainda aquelas vivem em cômodos. Almeida (2013, p.48)

Ônus excessivo com aluguel urbano corresponde ao número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento e que dispõem 30% ou mais de sua renda com aluguel. (FJP, 2013, p.18)

Adensamento Excessivo: Essa condição é caracterizada pelo número médio de moradores por dormitório acima de três (FJP, 2013, p.19).

A tabela 03 apresenta o déficit habitacional total por situação de domicílio no Brasil entre os anos de 2007 e 2012, separados por grandes regiões. Vale salientar que não estão inclusos os dados referentes ao ano de 2010, no qual foi realizado o Censo Demográfico. De acordo com a Fundação João Pinheiro (2015), não é recomendável comparar resultados de bases de dados com planos amostrais distintos, como é o caso do Censo Demográfico 2010, e as Pnad de 2007 a 2012.

Tabela 3 - Déficit habitacional total por região: 2007 a 2009 – 2011 a 2012

Região/Ano	Total	Total	Total	Total	Total
	2007	2008	2009	2011	2012
Região Norte	614.583	559.951	645.226	613.188	564.620
Região Nordeste	2.056.826	1.919.236	2.018.797	1.937.074	1.777.212
Região Sudeste	2.156.007	1.989.754	2.173.778	1.984.196	2.108.602
Região Sul	645.093	564.757	580.608	583.875	550.726
Região Centro-Oeste	382.866	404.011	479.567	463.635	429.402
Brasil	5.855.375	5.437.709	5.897.976	5.581.968	5.430.562

Fonte: Fundação João Pinheiro (2015)

De acordo com os dados apresentados na tabela 03, pode-se observar que houve uma redução no déficit habitacional total (rural e urbano) no Brasil entre os

anos de analisados. Em 2007, havia um montante de 5.855.375 moradias, reduzindo um total de 428 unidades até o ano de 2012, que apresentava 5.430.562, ou seja, uma redução de 8,5%. Analisando de forma regional, o Nordeste, apesar de ainda possuir um déficit muito expressivo, assim como a região Sudeste, apresentou uma redução de aproximadamente 14% de moradias, totalizando 279 mil unidades, ou seja, foi à região que apresentou uma redução, praticamente mais da metade do que o restante do país.

Observa-se que dentre todas as regiões do país, houve um aumento no déficit habitacional na casa de 12% na região Centro-Oeste no período analisado, principalmente, no ano de 2009, que assim como a Região Norte, também apresentou uma alta considerável até aquele ano. Drum (2010, p.4), chama atenção para a questão do déficit habitacional relacionada à demografia, pois “a demanda por habitação é determinada por fatores demográficos, pelas condições macroeconômicas que afetam os rendimentos das famílias, pela disponibilidade de crédito para habitação e pela política tributária do governo.”

Além da questão demográfica, o nível do déficit habitacional brasileiro também pode ser explicado pelas desigualdades regionais do país. Durante o curso da história, a “urbanização tem sido associada ao progresso econômico e social, à promoção da alfabetização e educação, à melhoria do estado geral de saúde, maior acesso a serviços sociais, e à participação cultural, política e religiosa.” (AGENDA HABITAT, 2003, p.19).

A carência de moradias, a escassez de serviços de infraestrutura urbana, de acesso às oportunidades de emprego produtivo e a ocupação de áreas de risco e legalmente protegidas, a escassez relativa e os elevados preços da terra urbana decorrentes de uma política de uso do solo inadequada colaboram para elevar os problemas habitacionais do país. Surgiram dessa forma as favelas e os assentamentos informais localizadas nas áreas centrais e nas periferias das principais regiões metropolitanas e constituem a expressão mais visível dos problemas habitacionais brasileiro. (DRUM, 2010, p.5).

De acordo com Almeida (2011), o déficit habitacional do Sudeste pode ser explicado, dentre outros motivos, pelo fato das grandes concentrações de assentamentos precários nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro; nas regiões Norte e Nordeste por envolver uma parcela grande da população destas duas regiões nas maiores carências habitacionais do país.

A tabela 04 apresenta o déficit habitacional da pesquisa realizada pelo PNAD em 2007¹¹, que avalia o percentual déficit habitacional em relação faixa de renda mensal das famílias por salário mínimo.

Tabela 4 - Percentual do déficit em relação à faixa de renda mensal familiar- 2007

Especificação	Faixas de renda mensal familiar (em Salários Mínimos - SM)			
	até 3	de 3 a 5	de 5 a 10	mais de 10
Região Norte	90,8	5,7	2,5	1
Região Nordeste	95,8	2,5	1,3	0,4
Região Sudeste	88,7	6,8	3,4	1,1
Região Sul	84,5	9,9	4,3	1,3
Região Centro-Oeste	89,0	6,6	2,8	1,6
BRASIL	90,4	5,8	2,8	1,0

Fonte: Fundação João Pinheiro (2009)

Como se pode observar na análise da tabela 04, a faixa de renda de até 3 SM apresenta o maior déficit, o que pode evidenciar o fato de que a renda mensal familiar não possibilita condições de construir sua habitação. No Nordeste o número é assustador, alcançando quase 96%. Fazendo uma análise do país como um todo, o número chega a aproximadamente 90%.

Porém, a tabela 05 mostra a última pesquisa realizada em 2012¹². Apesar do número ainda ser bastante alto, percebe-se uma redução do déficit na menor faixa de renda conforme abaixo:

Tabela 5 - Percentual do déficit em relação à faixa de renda mensal familiar- 2012

Especificação	Faixas de renda mensal familiar (em Salários Mínimos - SM)			
	até 3	de 3 a 5	de 5 a 10	mais de 10
Região Norte	80,5	11,6	6,1	1,8
Região Nordeste	88,4	6,9	3,3	1,4
Região Sudeste	80,6	11,4	6,2	1,8
Região Sul	76,9	11,9	9,0	2,3
Região Centro-Oeste	83,1	9,3	4,6	2,9
BRASIL	82,5	10,1	5,6	1,8

Fonte: Fundação João Pinheiro (2015).

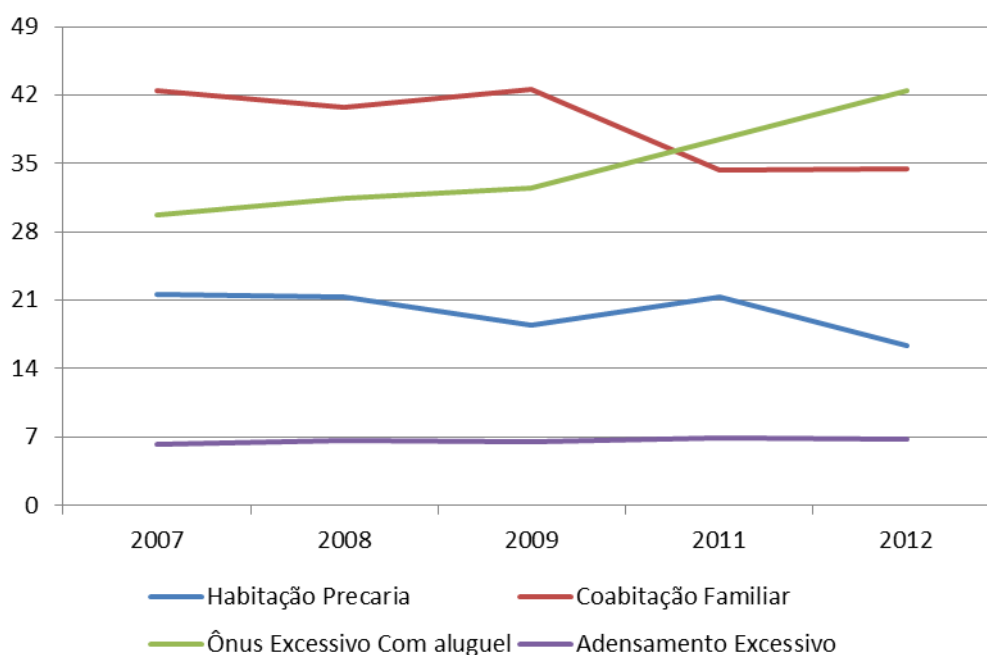
11 Déficit habitacional em 2007: Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/109-deficit-habitacional-no-brasil-2007/file>. Acesso em: 09 abr. 2016.

12 Déficit habitacional em 2012: Disponível em: [fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/559-deficit-habitacional-2011-2012/file](http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/559-deficit-habitacional-2011-2012/file). Acesso em: 09 abr. 2016

O déficit habitacional ainda se concentra nas faixas mais pobres da população, com renda média familiar de até 3 SM, apesar de considerável queda nesta faixa, se comparado com o resultado de 2007, porém, o número cresceu na faixa de 3 até 5 SM e nas demais faixas em todas as regiões no período estudado. Isso mostra a eficácia do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida no período analisado, para população de baixa renda. O programa foi criado com o intuito de fazer com que as famílias de baixa renda tivessem acesso à moradia, o que, de fato, é constatado.

O gráfico 05 apresenta o percentual do déficit habitacional com relação aos componentes do déficit: Habitação precária, Coabitação Familiar, Ônus Excessivo com aluguel e adensamento excessivo no Brasil entre os anos de 2007 - 2012.

Gráfico 5 - Composição do Déficit Habitacional 2007-2012 (%)



Fonte: Fundação João Pinheiro¹³ – (2015)

Como se pode observar, houve uma queda significativa no período analisado do déficit por coabitação familiar e habitação precária, porém houve um aumento

13 Gráfico extraído do Relatório sobre o déficit habitacional entre 2011 e 2012 na página 98. Disponível em: fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/559-deficit-habitacional-2011-2012/file. Acesso em 05 jun.2016.

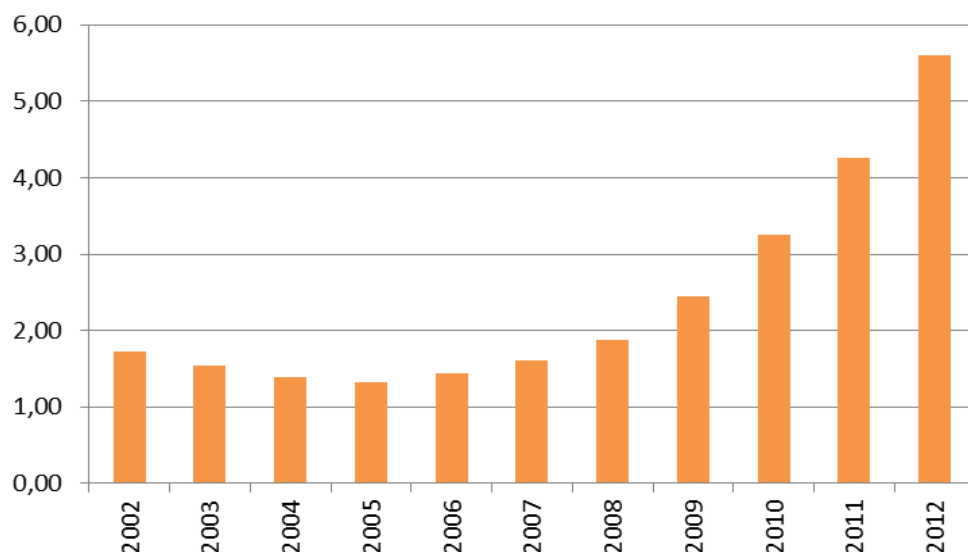
que praticamente compensa esta queda do déficit por ônus excessivo com aluguel. De acordo com a Fundação João Pinheiro (2012, p.98):

A queda nos dois primeiros componentes – habitações precárias e coabitação familiar – pode ser explicada por fatores como a ampliação de programas habitacionais voltados para as faixas de renda mais baixas, redução nas taxas de juros e aumento do crédito para a construção de novas moradias e aumento do rendimento real, entre outros. Já o aumento no componente ônus excessivo com aluguel pode ser explicado pela valorização dos imóveis, em especial daqueles localizados nas áreas urbanas, que gerou uma pressão sobre o valor dos aluguéis, que aumentaram mais do que o rendimento real do trabalhador.

Os dados e a análise do gráfico 5 comprovam que os programas habitacionais do governo, dentre eles o programa habitacional Minha Casa Minha Vida, são ferramentas de extrema importância para a redução do déficit habitacional brasileiro, porém o alto custo com aluguéis e o dispêndio das famílias com aluguel, ainda é um problema a ser enfrentado.

Outro dado importante a ser analisado é o saldo das operações de crédito ao setor habitacional em relação ao PIB. Como se sabe, o crédito é de extrema importância para o financiamento habitacional. O gráfico 6 apresenta o saldo de crédito com relação ao PIB nacional. A série disponibilizada pelo BCB vai até o ano de 2012:

Gráfico 6 - Saldo de Crédito para Habitação (% PIB)



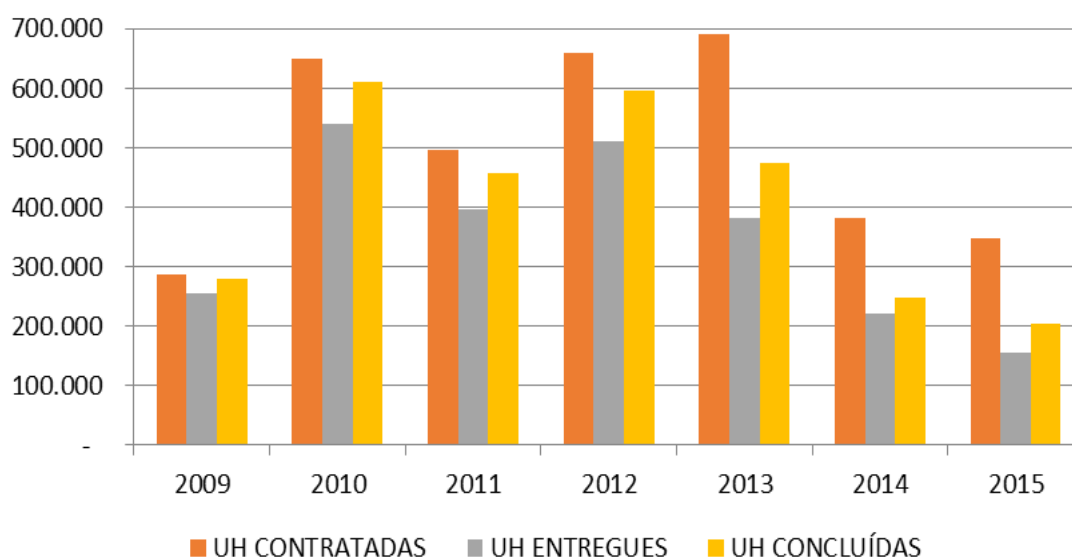
Fonte: BCB (2002-2012). Elaboração própria.

De acordo com a análise do gráfico 6, entende-se que a partir de 2006, pequenas altas sucessivas do saldo de crédito em relação ao PIB foram concedidas, porém a partir de 2009, o saldo sai de praticamente 2% do PIB, para 5,5%, ou seja, há um aumento considerável, visto a importância do crédito para o financiamento da habitação no país, principalmente após a criação do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida.

4.1.1 Unidades Habitacionais entregues pelo Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida

Apesar de apenas as unidades habitacionais entregues contabilizarem nos números para redução do déficit no país, vale salientar que aquelas que ainda não foram entregues ou estão em andamento, também estão contribuindo nos números da construção civil. O gráfico 7, apresenta as unidades habitacionais (UH) entregues, contratadas e concluídas, no Brasil, de 2009 até 2015.

Gráfico 7 - Contratadas, entregues e concluídas (em UH)



Fonte: e-SIC¹⁴ fornecido pela CEF (2009-2015). Elaboração própria.

14 Informações sobre as contratações do PMCMV cedidas pelo órgão Caixa Econômica Federal após pedido de informação registrado no e-SIC.

Desde 2009, 3.562.774 unidades habitacionais foram contratadas pelo Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, sendo que dessas, 2.900.446 foram concluídas e 2.469.756 entregues, simbolizando realmente um marco na política habitacional do Brasil. Segundo o Portal Brasil (BRASIL, 2015):

O Programa Minha Casa Minha Vida completa seis anos e meio em setembro (2015) com a marca de mais de 2,4 milhões de unidades habitacionais entregues, desde março de 2009, quando foi apresentado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A construção de moradias populares atingiu a marca de R\$ 270 bilhões em investimentos que transformaram a realidade de mais de 9,2 milhões de pessoas.

O Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida é consolidado no país, e comprova sua eficácia com a apresentação dos números acima, com impactos na redução do déficit habitacional, como dito anteriormente, em com impactos significativos na construção civil.

4.2 IMPACTOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL

O setor de construção civil é de extrema importância para a economia nacional, tanto pela sua contribuição no PIB, quanto para a geração de emprego e renda.

A atividade da construção civil tem grande importância econômica não apenas pelo elevado volume de recursos financeiros que mobiliza e por seu forte potencial gerador de empregos, mas também por sua capacidade de contribuir com o dinamismo de muitos segmentos industriais e de serviços (BREITBACH, 2009, p.1)

Além do dinamismo do setor, a construção civil desencadeia outros setores da economia como um todo. Ainda segundo Breitbach (2009, p.1):

A cadeia produtiva da construção é formada por um grande número de gêneros industriais que aportam uma gama diversificada de insumos e serviços, durante as diversas etapas da produção de edificações. Assim, o dinamismo da construção civil é capaz de engendrar efeitos que se reproduzem em diferentes intensidades sobre o conjunto da economia, especialmente na indústria de transformação.

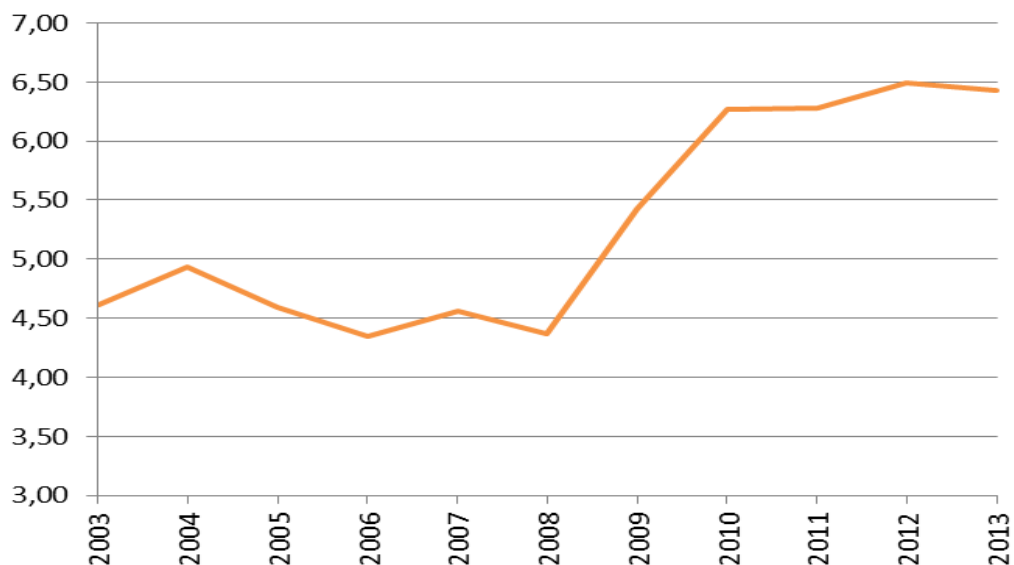
Dentro da cadeia produtiva da indústria da construção civil, na produção de edificações (que engloba o setor habitacional), vários insumos são utilizados, que são comercializados nas lojas de materiais de construção e muitos deles movem a indústria de transformação:

Dentre os principais insumos da construção de habitações e de prédios comerciais, industriais e de serviços, tem-se: tijolos, areia, cimento, tintas, madeira, aço e outros metais, vidro, pvc, cerâmica de revestimento, metais e louças sanitárias, canos e dutos diversos, material elétrico e de comunicação, elevadores, máquinas e equipamentos, como elevador de obra, grua, bombas d'água. (BREITBACH, 2009, p.1).

O setor da construção civil, no contexto mundial, foi muito prejudicado nos anos de 2008 e 2009, com os impactos da crise econômica, porém, aqui no Brasil, de acordo com Nunes et.al (2010, p.301), o “país adotou várias medidas anticíclicas que contribuíram para a recuperação da economia no terceiro trimestre de 2009”, sendo que dentre estas medidas podemos citar “a desoneração tributária de alguns materiais de construção, a expansão do crédito para habitação, notadamente o Programa Minha Casa, Minha Vida, e o aumento de recursos para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).” Monteiro Filha et.al (2010, p.301).

O gráfico 8 apresenta a composição percentual do PIB da indústria da construção civil, dentro do PIB total do Brasil:

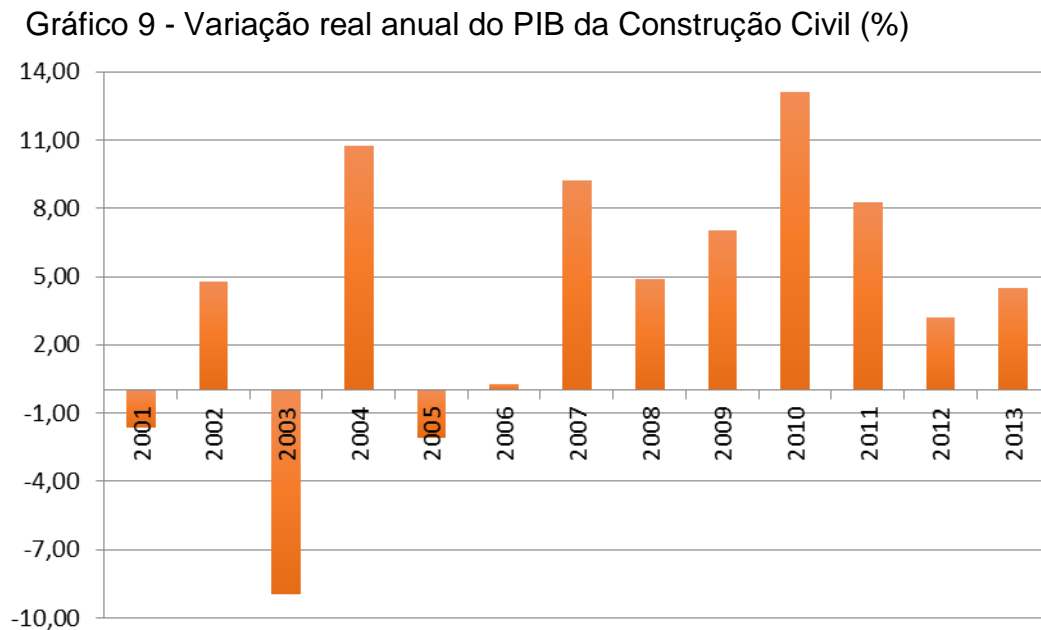
Gráfico 8 - Construção Civil (%PIB)



Fonte: IPEADATA (2003-2013). Elaboração própria.

Pode-se perceber com a análise do gráfico 8, que em 2003 a construção civil compunha aproximadamente 4,5% do PIB total, e durante os anos seguintes, até meados de 2007, se manteve constante, oscilando entre 4 e 5%. Mas, a partir de 2008, visto a elaboração do PAC e, em 2009, do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, houve um salto considerável na contribuição do PIB da indústria no PIB total, saltando de 4,37% em 2008, para 6,42% em 2013. Sendo assim, entende-se que os programas elaborados pelo governo federal neste período, visando à retomada do planejamento e o desenvolvimento do país, surtem efeitos positivos no setor de construção civil.

O gráfico 9 apresenta a variação real anual do PIB da construção civil do Brasil, em percentual:



Fonte: IPEADATA (2001-2013). Elaboração própria.

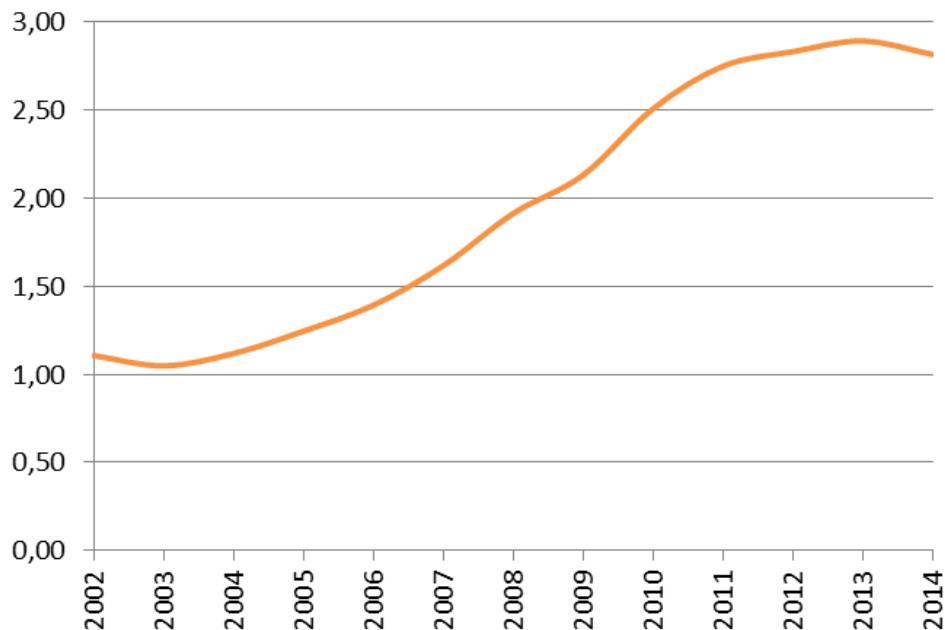
Como se pode observar entre 2001 e 2006, a taxa percentual de variação real do PIB da construção civil teve grandes oscilações, com períodos de alta significativa, como em 2004, recuperando-se de um ano de queda (2003), onde a variação ultrapassou a casa de -7%. A partir da criação do PAC em 2007, dando continuidade com o PAC 2 em 2011 e a elaboração do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, o PIB da construção civil passou a ter variações reais positivas, chegando a um aumento de aproximadamente 13% em 2010, atingindo assim a

maior variação do período em análise. Apesar das pequenas variações entre 2012 e 2013, as taxas ainda assim continuam positivas, o que é de fundamental importância para o setor e para toda a cadeia produtiva que gira em torno do mesmo.

A indústria da construção civil vem apresentando uma performance excelente nos últimos anos, que pode ser caracterizada como retomada de crescimento, tendo em vista sobretudo as dificuldades por que passou nas décadas que se sucederam à desativação do BNH. BREITBACH (2009, p.7).

Além de ser um setor que ajuda a proporcionar o crescimento econômico, conforme abordado no referencial teórico, o setor da construção civil move a geração de muitos empregos. O gráfico 10 apresenta o número de trabalhadores no grande setor de construção civil entre 2002 e 2014, mostrando que há uma evolução bastante grande no período:

Gráfico 10 - Número de Trabalhadores na Construção Civil (Milhões)



Fonte: RAIS-(2002-2014). Elaboração própria.

Como se pode perceber, entre 2002 e 2004, a geração de empregos se manteve praticamente estática na construção civil. Entre 2005 e 2007, houve um leve aumento, chegando ao ano de 2007 a mais de 1,5 milhões de pessoas, empregadas no grande setor da construção civil. Porém, a partir de 2007 até o ano

de 2013, o número de trabalhadores na construção civil dobra, chegando a empregar praticamente 3 milhões de pessoas. Este dado mostra a eficácia do planejamento estatal na elaboração de políticas voltadas ao desenvolvimento do país, como o PAC e principalmente o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, gerando assim aumento extremamente considerável nos empregos no setor da construção civil.

4.3 IMPACTOS NO SETOR DE REVESTIMENTOS CERÂMICOS

A indústria cerâmica engloba uma série de produtos na sua produção e está inserida dentro da indústria de transformação. De acordo com Constantino, Rosa e Corrêa (2006, p.2), a indústria cerâmica:

Constitui um segmento da indústria de transformação, de capital intensivo, inserido no ramo de minerais não-metálicos, e tem como atividade a produção de pisos e azulejos, representando, juntamente com a cerâmica estrutural vermelha (tijolos, telhas e outros refratários), as louças e o vidro, uma cadeia produtiva que fazem parte do complexo industrial de materiais de construção.

A produção de pisos e azulejos se encaixa no segmento de produção de revestimentos cerâmicos, que segundo a ANFACER¹⁵ “são constituídas, em geral, de três camadas: o suporte ou biscoito, o engobe, que tem função impermeabilizante e garante a aderência da terceira camada, e o esmalte”. Conforme a mesma fonte:

Estes revestimentos são usados na construção civil para revestimento de paredes, pisos, bancadas e piscinas de ambientes internos e externos. Recebem designações tais como: azulejo, pastilha, porcelanato, grês, lajota, piso, etc. A tecnologia do porcelanato trouxe produtos de qualidade técnica e estética refinada, que em muitos casos se assemelham às pedras naturais. (ANFACER 2016).

O setor de produção de revestimentos cerâmicos no Brasil apresenta grande importância no cenário mundial. De acordo com informações retiradas no site oficial da ANFACER (2016), “o Brasil é um dos principais protagonistas no mercado

15 Características dos revestimentos e tipologias segundo ANFACER. Disponível em: <http://www.anfacer.org.br/#!/historia-ceramica/c207w>. Acesso 16 de abril de 2016. Referência ANFACER sobre dados mundiais, disponível em: <http://www.anfacer.org.br/#!/mundial/c150q>. Acesso em: 16 abr. 2016.

mundial de revestimentos cerâmicos, ocupando a segunda posição em produção e consumo”, perdendo apenas para o mercado de produção da China. Ainda de acordo com a ANFACER (2016), em 2014, a produção chinesa ultrapassou os 6 bilhões de metros quadrados, seguido pela produção brasileira, que atingiu no mesmo ano, aproximadamente 900 milhões de metros quadrados.

O processo produtivo dos revestimentos cerâmicos pode ser classificado em duas maneiras, conforme a preparação da massa cerâmica, podendo ser via úmida ou via seca. Segundo Constantino, Rosa e Corrêa (2006, p.4):

Via úmida - Mistura de várias matérias-primas (argilas, materiais fundentes, talco, carbonatos etc.), que são moídas e homogeneizadas em moinhos de bolas, em meio aquoso. A secagem e granulação da massa em spray dryer (atomizador) e conformação, decoração e queima. A seleção das matérias-primas busca dar cor branca ou clara aos produtos (biscoito ou suporte). Via seca – refere-se às placas cerâmicas feitas por processo de moagem a seco das matérias-primas, por moinhos de martelo e pendulares e, depois, levemente umidificada para a prensagem.

Atualmente, no Brasil, segundo informações do site oficial da ANFACER¹⁶, “o setor brasileiro de revestimentos cerâmicos é constituído por 92 empresas, com maior concentração nas regiões Sudeste e Sul, e em expansão no Nordeste do país”. Ainda segundo a ANFACER, no Brasil, em 2015, 27% da fabricação de revestimentos cerâmicos ocorre pelo processo via úmida e 73% pelo processo via seca.

Como apresentado anteriormente, as empresas que fabricam revestimentos cerâmicos, estão mais concentradas nas regiões Sul e Sudeste do país, mais precisamente, de acordo com BNDES (2013, p. 5) “nos estados de Santa Catarina e São Paulo, onde se encontram os dois principais polos produtores do segmento: Criciúma¹⁷ (SC) e Santa Gertrudes (SP).” Com relação ao processo de fabricação dos revestimentos cerâmicos, na região de Criciúma, segundo BNDES (2013, p.5) “prevalece à produção pelo método via úmida e aqui estão localizadas as sedes de marcas conceituadas no mercado, como Cecrisa/Portinari e Eliane.” Ainda conforme mesma fonte:

16 Informações disponíveis em: <http://www.anfacer.org.br/#!produto/c137p>. Acesso em 05 jun.2016.

17 O polo produtor de Criciúma considera as cidades de Cocal do Sul, Criciúma, Urussanga, Morro da Fumaça e Tubarão, sendo que a cidade de Criciúma tem a maior concentração de fábricas.

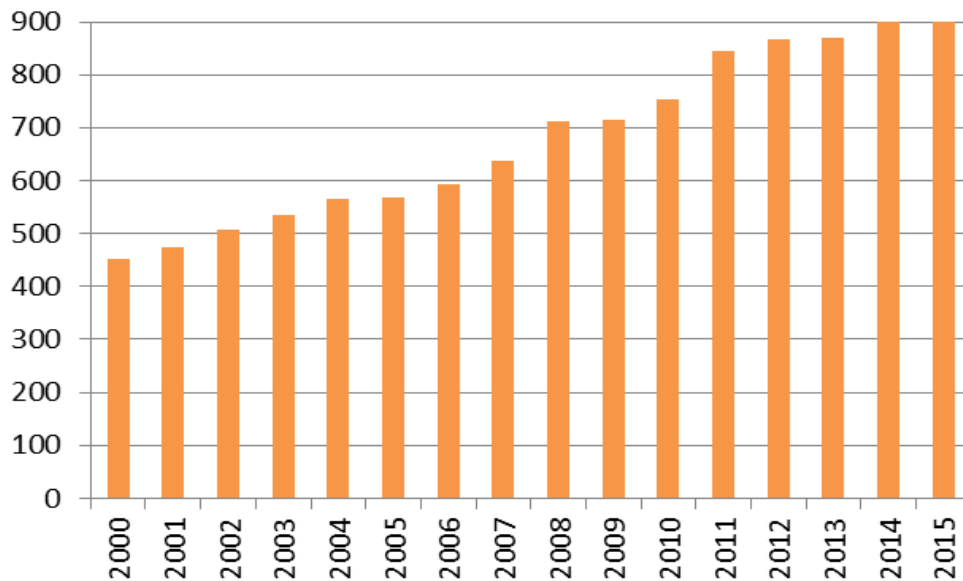
Parte significativa da produção do polo é voltada a consumidores das classes A e B, de forma que os atributos competitivos mais relevantes das empresas da região são a qualidade dos produtos e a diferenciação proporcionada pelo design pela força das marcas locais. BNDES (2013, p.5)

No polo produtor de Criciúma, estão situadas as maiores empresas de fabricação de revestimentos cerâmicos do país, produzindo muitos materiais diferenciados, que possuem um valor agregado maior. Dentro do estado de São Paulo, existem também polos de fabricação de revestimentos cerâmicos pelo processo via úmida, segundo Cabral Jr (2010, p.8) destacam-se o “polo de Mogi Guaçu e Grande São Paulo (SP).” Já o polo de Santa Gertrudes, em São Paulo, de acordo com BNDES (2013, p.6), “volta-se ao atendimento de segmentos mais populares e destaca-se por adotar o processo de produção pela via seca, que, graças a seus menores custos, favorece a competição em preços”, sendo assim, visto o processo de produção, tem-se a redução de custo e conseqüentemente a diferenciação dos preços no mercado.

Assim como o setor de construção civil, o setor de fabricação de revestimentos cerâmicos também emprega um número bastante considerável de pessoas. De acordo com o site oficial da ANFACER¹⁸, atualmente, o setor é responsável pela criação de “27 mil postos de trabalho diretos e em torno de 200 mil indiretos, ao longo de sua cadeia produtiva.” Devido a sua importância no âmbito nacional e internacional e sua forte característica de geração de empregos, é de extrema importância o estudo deste setor, principalmente por ser importante dentro da habitação. O gráfico 11, apresenta o volume produzido de revestimentos cerâmicos¹⁹ no Brasil, entre 2000 e 2015:

18 Disponível em: <http://www.anfacer.org.br/#!/produto/c137p>. Acesso em 05 jun. 2016

19 As informações nacionais contidas nos gráficos 11, 12 e 13, sobre produção, vendas e exportações de revestimentos cerâmicos foram conseguidas via e-mail diretamente com a Anfacer. Estas informações não estão disponíveis no site oficial da instituição.

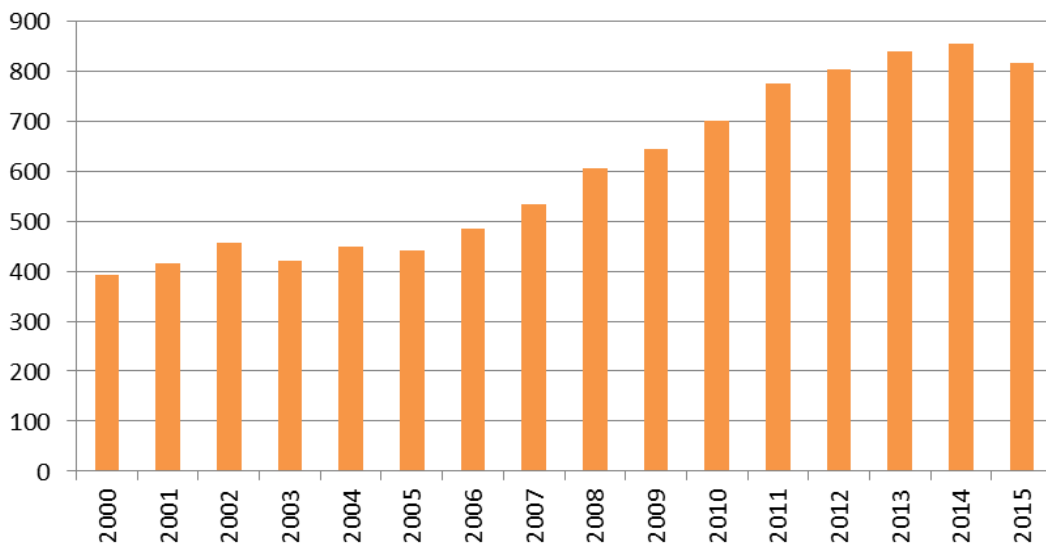
Gráfico 11 - Produção Nacional de Revestimentos Cerâmicos (m²-milhões)

Fonte: ANFACER (2000-2015). Elaboração própria.

Realizando a leitura do gráfico 11 observa-se que há uma tendência de evolução da produção em todos os anos analisados, porém, entre 2007 e 2008 e entre os anos de 2010 e 2011, há um crescimento que chama atenção, de aproximadamente 12% no volume de produção nestes dois intervalos de tempo, com pequenos crescimentos desde 2012, ultrapassando a marca de 900 milhões de metros quadrados produzidos em 2014. Entre 2014 e 2015, a produção fica praticamente estagnada, devido a desaceleração da construção civil. Durante todo o período, observa-se que a produção de revestimentos cerâmicos praticamente dobra no país, saindo de 42 milhões de metros quadrados em 2000, para 900 milhões de metros quadrados em 2015.

Vale salientar também, que dentro do setor de fabricação de revestimentos cerâmicos, há o apoio do BNDES, para o financiamento de máquinas e equipamentos. De acordo com BNDES (2013, p.8) “a maior parte dos desembolsos para o setor foi realizada por meio de um produto desenhado para o apoio à aquisição de bens de capital, isto é, o BNDES Finame”, facilitando assim o acesso ao crédito, visando melhorar a produtividade do setor.

Com relação às vendas de revestimentos cerâmicos no mercado interno, pode-se perceber um aumento considerável, a partir de 2007, conforme dados apresentados no gráfico 12:

Gráfico 12 - Vendas Nacionais de Revestimentos Cerâmicos (m²-milhões)

Fonte: ANFACER (2000-2015). Elaboração própria.

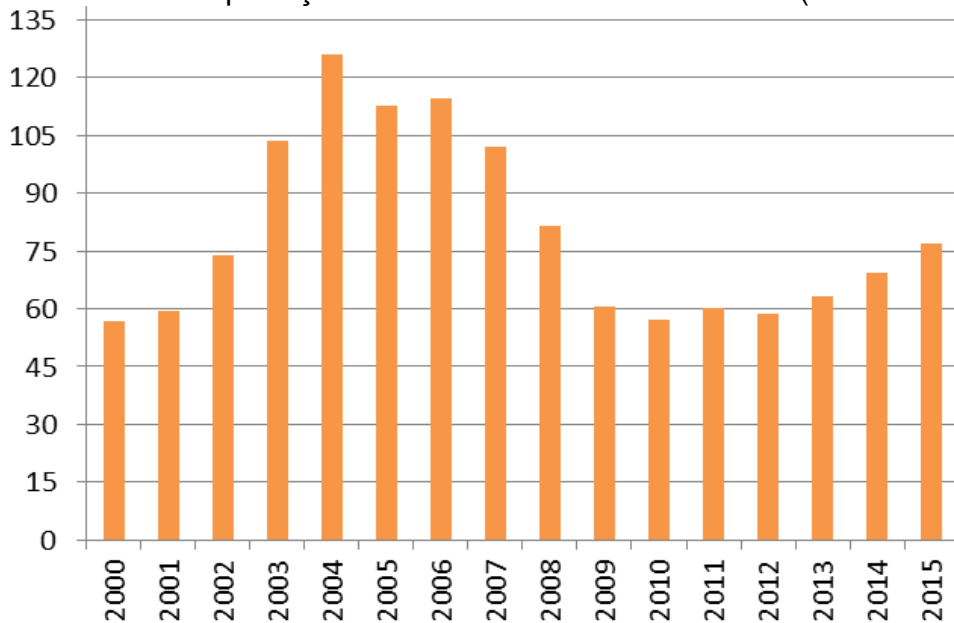
De acordo com o gráfico 12, observa-se que o volume de metros quadrados vendidos no Brasil de 2000 para 2015 praticamente dobra. Ou seja, o volume de produção do Brasil, praticamente é consumido pelo mercado interno, sendo um dos principais motivos, o fortalecimento do setor de construção civil nos últimos anos. Entre os anos de 2000 e 2006, as vendas de revestimentos saíram de 393 milhões de metros quadrados, para 483,6m², resultando em um aumento de aproximadamente 23%. Já, entre os anos de 2007 e 2015, o aumento é extremamente importante, passando de 534 milhões de metros quadrados em 2007, para 816 milhões em 2015, ou seja, aumento de mais de 50%. A desaceleração da economia em 2015 influenciou o setor cerâmico, com uma pequena queda 4% nas vendas de revestimentos cerâmicos no mercado interno.

Apesar da queda nas vendas em 2015, as altas sucessivas nas vendas de revestimentos desde 2006 mostram que este setor é diretamente ligado às ações macroeconômicas do país como um todo. Com crescimento do PIB, tanto no geral como na construção civil, melhora na distribuição de renda no país, ampliação do crédito e principalmente, a criação do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, aumentou a demanda interna por revestimentos cerâmicos, fortalecendo assim o setor. Informações do BNDES (2013, p7) confirmam a análise anterior:

O desempenho no período foi positivamente influenciado pelos bons indicadores econômicos brasileiros, tais como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a melhoria da distribuição de renda, a ampliação do acesso ao crédito, assim como por políticas públicas, particularmente o Minha Casa Minha Vida e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A conjunção desses fatores estimulou o aquecimento da construção civil no país e elevou as vendas internas de revestimentos cerâmicos.

Apesar do grande volume da produção ser consumido no mercado interno, uma parte é voltada a exportação, conforme o gráfico 13:

Gráfico 13 - Exportações Brasileiras de Revestimentos (m²- milhões)



Fonte: ANFACER (2000-2015). Elaboração própria.

Dentro da série avaliada, em 2004, tem-se o maior volume exportado, atingindo 125 milhões de metros quadrados. Com relação à produção nacional daquele ano (565,6 milhões de metros quadrados), chegou a aproximadamente 23%. Desde então, as exportações brasileiras de revestimentos cerâmicos vem apresentando queda significativa, chegando ao ano de 2010 com aproximadamente 7% de sua produção exportada. Apesar das pequenas altas no volume exportado entre 2011 e 2015, neste ultimo ano, por exemplo, o crescimento é de apenas 1% nas exportações, se comparado ao ano de 2010, chegando a 8,5% de seu volume produzido exportado.

De acordo com o site oficial da ANFACER, os principais exportadores de revestimentos cerâmicos, são a China, Espanha, Itália, Irã, seguido pelo Brasil. O

volume de exportação chinesa, ultrapassa a casa de 1 bilhão de metros quadrados no ano de 2014, sendo o maior exportador mundial. O segundo maior, a Espanha, exporta aproximadamente 330 milhões de metros quadrados, ou seja, também de acordo com a ANFACER, quase toda a produção espanhola é voltada para o mercado externo. No Brasil, a forte concorrência com o mercado chinês, pelo grande volume exportado deste mercado, a valorização do real na maior parte do período analisado e fortalecimento do mercado interno explicam o baixo volume de exportação nacional, concentrando a maior parte do volume de suas vendas no mercado interno. A afirmação acima condiz com informações do BNDES (2013, p.7):

Dentre os fatores que influenciaram tanto a queda das exportações [...] podem-se destacar: o reaquecimento do setor de construção civil no Brasil e seu efeito sobre demanda por revestimentos cerâmicos; o câmbio R\$-US\$ mantido relativamente valorizado no período; e o acirramento da competição com os produtos chineses [...].

Dentre todos os dados e as análises apresentadas, pode-se entender que as políticas do governo federal, realizadas após o melhoramento do quadro macroeconômico do país, voltadas ao fortalecimento do mercado interno e a criação de programas voltados ao fortalecimento da construção civil, como o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, apresentaram efeitos positivos dentro da produção nacional e principalmente nas vendas de revestimentos cerâmicos no mercado interno.

O Estado de Santa Catarina é destaque nacional na produção de revestimentos cerâmicos. No tópico que segue, será descrito o cenário de produção de revestimentos cerâmicos em Santa Catarina, principalmente voltado ao polo produtor de Criciúma.

4.3.1 Impactos no Setor Cerâmico na região de Criciúma

O estado de Santa Catarina possui grande importância no cenário econômico brasileiro, isto porque se apresenta de maneira integrada com a cadeia produtiva nacional, especializada e diversificada (GOULARTI FILHO, 2007). Além disso, o estado, de acordo com Miranda (2003, p.137), “é um dos grandes produtores de revestimentos cerâmicos do Brasil, e possui três das maiores e mais modernas

cerâmicas do Brasil: Cecrisa/Portinari, Eliane e Portobello”, e tem sua produção concentrada praticamente no sul do Estado, mais precisamente na região de Criciúma.

Tratando um pouco mais sobre o surgimento do setor cerâmico em Santa Catarina, de acordo com Miranda (2003, p.137), “até 1970, a estrutura industrial era fortemente concentrada na extração do carvão mineral”, porém, em paralelo a produção carvoeira no sul do Estado, “começa um movimento de diversificação industrial da região, com descolamento de recursos para a industrialização de minerais não metálicos, e em menor grau para outras indústrias.” (MIRANDA, 2003, p.137).

Nessa nova configuração produtiva, a cerâmica de revestimento aparece como o setor mais importante na economia regional, além da matéria-prima farta e de qualidade encontrada na região sul, que é apontada como um dos principais fatores para o desenvolvimento, e de localização do polo sul catarinense de revestimento. (MIRANDA, 2003, p. 137).

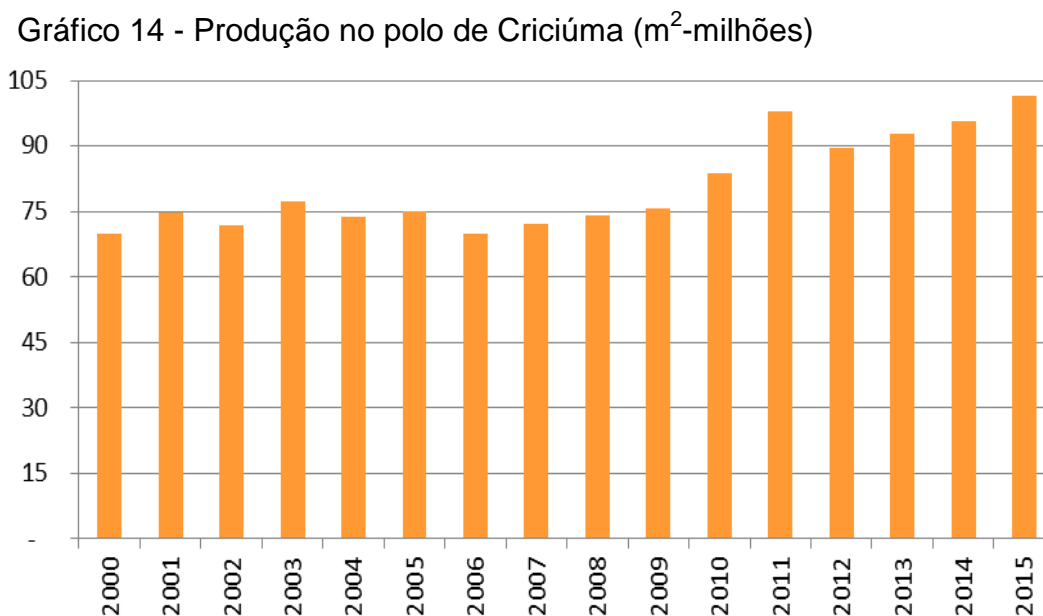
O crescimento produtivo das cerâmicas do sul do Estado expandiram-se a partir dos anos de 1970 e, de acordo com Goularti Filho (2007, p.221), “ao mesmo tempo que, as cerâmicas começaram a se consolidar, iniciou um processo de concentração e centralização, liderado pela Eliane e pela Cecrisa.” Vale salientar que essa concentração se consolida tanto no âmbito regional, como nacional. Como dito anteriormente, sendo reforçado, segundo Goularti Filho (2007, p.223), “os grupos Eliane e Cecrisa se constituem nos dois maiores grupos do setor no país, concorrendo com a Portobello e com a francesa Incepa”, sendo assim, a partir da década de 1970, o polo cerâmico sul catarinense se consolida no cenário nacional e até mesmo mundial.

O crescimento do setor cerâmico sul catarinense deve ser entendido dentro de um contexto nacional. Ainda, de acordo com Goularti Filho (2007, p.220), “a expansão do setor cerâmico só foi possível devido ao crescimento acelerado da construção civil”, entre os anos de 1970 e 1980, sendo que as “raízes desse crescimento estão nas reformas implementadas durante a execução do PAEG²⁰, que tinha como objetivo a eliminação dos gargalos econômicos, que impediam a retomada do crescimento.” (GOULARTI FILHO, 2007, p.220).

20 De acordo com Goularti Filho (2007, p.221), os principais resultados do PAEG foram que o Estado restabeleceu a capacidade de financiamentos, os canais de financiamentos externo foram abertos e formou-se uma demanda diferenciada composta por segmentos da classe média.

Sendo assim, dentro de um contexto nacional, com financiamento dos bancos estatais e aquecimento do setor da construção civil “é impossível pensar o setor cerâmico fora do crédito estatal” (GOULARTI FILHO, 2007, p.221), sendo que o “circuito foi FGTS - BNH - construção civil - agências de fomento cerâmicas.” Assim como no passado, hoje, também é preciso pensar o setor cerâmico dentro de um contexto nacional. Com a retomada do planejamento em 2007 com a criação do PAC, retomada da construção civil e criação do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, os impactos na produção e principalmente nas vendas de revestimentos cerâmicos, são consideráveis.

Atualmente, o polo de Criciúma, produtor de revestimentos cerâmicos, é composto por 12 empresas de acordo com o site oficial do SINDICERAM²¹, sendo elas Cecrisa/Portinari; Ceusa; Eliane; Cerâmica Gabriela; Moliza; Pisoforte; Cerâmica Artítica Giseli; Angelgres; Cejatel; Itagres; Firenze e cerâmica Elizabeth, com destaque as marcas conceituadas no mercado nacional e internacional, como Cecrisa e Eliane. O gráfico 14 apresenta a série de produção do polo produtor de Criciúma de 2000 até o ano de 2015:



Fonte: SINDICERAM²² (2000-2015). Elaboração própria.

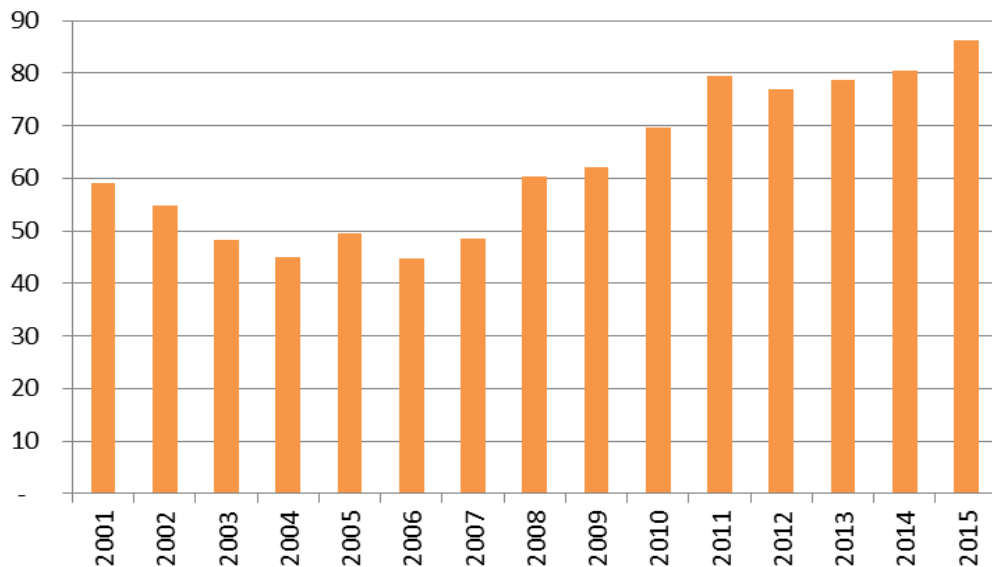
21 Informações sobre as empresas no SINDICERAM. Disponível em: http://www.sindiceram.com.br/conteudo.php?int=canal&codigo_can=2. Acesso em 05 ju.2016.

22 Dados presentes nos gráficos 14, 15 e 16 estão disponíveis em: http://www.sindiceram.com.br/conteudo.php?int=canal&codigo_can=4. Acesso em 05 jun.2016.

Realizando a leitura do gráfico 14, pode-se notar a grande contribuição da produção de revestimentos cerâmicos no sul catarinense no âmbito nacional. Se for realizada uma análise entre os gráficos 11 e 14, pode-se notar que aproximadamente 12% da produção nacional de revestimentos cerâmicos são fabricadas no polo produtor de Criciúma. De 2000 até 2009, a produção sul catarinense praticamente se mantém estagnada, oscilando entre 68 milhões de metros quadrados e 75 milhões em 2009. Porém, a partir daí, há um crescimento considerável. Se for realizada uma comparação, entre 2009 e 2010 e 2010 e 2011, o aumento da produção atinge 11 e 17% respectivamente, chegando à marca de 97 milhões de metros quadrados em 2011, acompanhando o crescimento da produção nacional, que em comparação a 2011, cresceu 12%. Em 2012 tem-se uma pequena queda na produção, que se recupera nos anos seguintes, chegando em 2015 a produção de aproximadamente 100 milhões de metros quadrados.

Quando se trata de vendas de revestimentos cerâmicos, os dados se apresentam no gráfico 15:

Gráfico 15 - Vendas polo de Criciúma (m²- milhões)



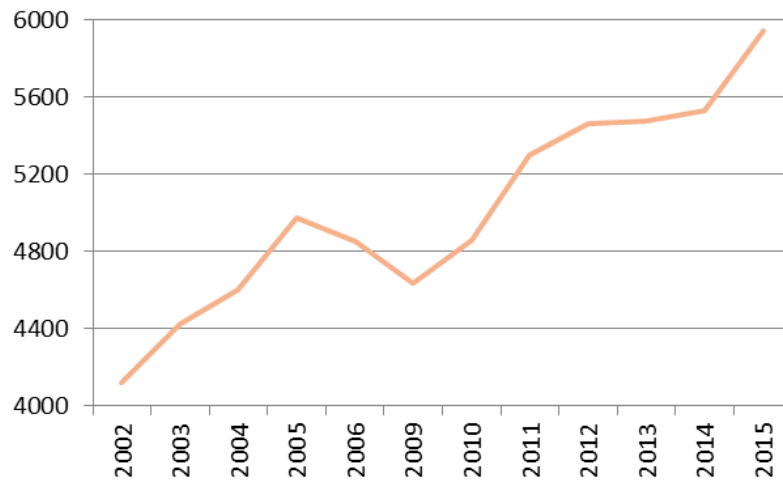
Fonte: SINDICERAM (2001-2015). Elaboração própria.

Realizando a análise das vendas de revestimentos cerâmicos na série analisada, percebe-se que, assim como as vendas anuais no mercado nacional, até 2007 não ocorreram aumentos consideráveis. Porém de 2007 para 2008, há um

aumento relevante nas vendas praticamente 25%, chegando, em 2008, aproximadamente 60 milhões de metros quadrados. Os anos de 2010 e 2011 apresentam altas significativas seguidas, de 12% e 14% em relação ao ano anterior, com um volume de vendas aproximado em 2011 de 80 milhões de metros quadrados. De 2007 em diante, apenas em 2012, o nível de vendas foi um pouco menor, caindo 3% em relação ao ano anterior. Assim como a produção, no ano de 2012, há uma queda nas vendas no mercado interno, que se recupera nos anos seguintes. Em 2015, apesar da queda na produção e no cenário econômico em recessão, o setor ainda prevalece bem nas vendas, com um volume aproximado de 86 milhões de metros quadrados vendidos, obtendo um crescimento com relação ao cenário nacional.

As vendas de revestimentos cerâmicos tanto no país, quanto na região de Criciúma, apresentaram uma melhora no volume vendido a partir de 2007, ano em que foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A partir de 2009, com a criação do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida e o fortalecimento da construção civil, o volume de vendas vem crescendo consideravelmente, principalmente no polo produtor de Criciúma. Apesar do polo de Criciúma ter a maioria das empresas, que apresentam processo produtivo pelo processo via úmida, existem empresas também que produzem pelo processo via seca e o aumento nas vendas se dá na região como um todo. O fortalecimento da construção civil e o fomento do mercado interno consumidor, proporcionado pelas ações do governo, juntamente com o aumento do crédito explicam o bom desempenho nas vendas de revestimentos cerâmicos.

Além de um segmento importante dentro do cenário produtor nacional, o polo cerâmico de Criciúma, também contribui para a geração de emprego e renda na região. O gráfico 16 apresenta o número de trabalhadores no setor:

Gráfico 16 - Número de Trabalhadores – Média Anual²³

Fonte: SINDICERAM (2002-2015). Elaboração própria.

Como se pode observar, o setor de produção de revestimentos cerâmicos do polo de Criciúma é responsável pela forte geração de empregos. A média anual de trabalhadores no setor é uma crescente, principalmente a partir de 2009. No ano de 2015, a média chega a aproximadamente 6000 trabalhadores por ano. Além de ser um setor catarinense de destaque no cenário nacional, visto o volume de produção que compõe a produção como um todo, o setor de fabricação de revestimentos cerâmicos da região de Criciúma é destaque na região, por fomentar a economia, gerando emprego e consequentemente renda.

4.3.1.1 A empresa Eliane Revestimentos Cerâmicos

Engajada no âmbito nacional da fabricação cerâmica, a empresa Eliane Revestimentos Cerâmicos S/A é uma das principais fabricantes de revestimentos cerâmicos do Brasil, conforme já exposto algumas vezes neste estudo, por isso é de fundamental a análise de sua série histórica de produção nos últimos quinze anos. De acordo com o site oficial da Eliane²⁴, a empresa foi fundada em 1960, com produção de azulejos em pequenos formatos, porém, “a tecnologia evoluiu junto com

²³ Os dados para os anos de 2007 e 2008 não estão disponíveis no site do SINDICERAM.

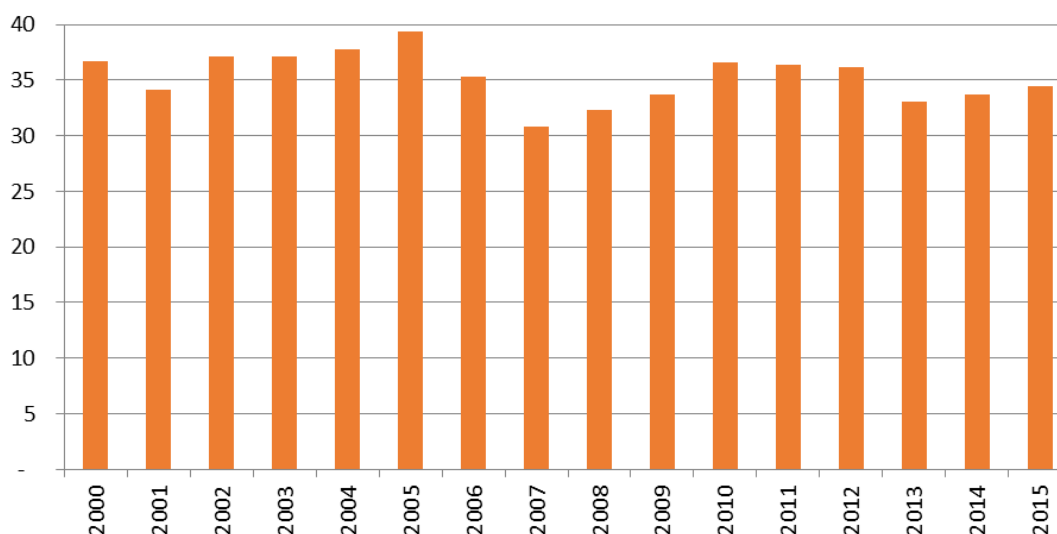
²⁴ As informações referentes à empresa Eliane Revestimentos Cerâmicos que estão contidas nesta página, estão disponíveis no site institucional da empresa. Disponível em: <http://www.eliane.com/institucional>. Acesso em: 05 jun. 2016

o crescimento dos formatos e da empresa e hoje a Eliane Revestimentos é referência nacional em revestimentos cerâmicos”. (ELIANE, 2016).

Ainda de acordo informações coletadas o site oficial da Eliane, atualmente a empresa conta com cinco fábricas que produzem revestimentos em Santa Catarina (Eliane I, II, III, Artística e Porcellanato) e uma fábrica produtora fora do estado que fica localizada em Camaçari, na Bahia (Céramus). A empresa está presente em mais de 15.000 pontos de venda em todo o Brasil, e também atua no mercado internacional, exportando para mais de 80 países. (ELIANE, 2016).

Visto sua importância na produção cerâmica nacional e catarinense, o gráfico 17 apresenta o histórico de produção da Eliane, de 2000 até 2015. É importante salientar que neste período, algumas fábricas pertencentes à empresa não estão mais em funcionamento²⁵, porém seus dados produtivos estão colocados dentro do total anual:

Gráfico 17 – Produção Total – Eliane S/A (m²- milhões)



Fonte: Dados cedidos pela empresa (2000-2015). Elaboração Própria.

Como se pode notar com a elaboração do gráfico 17, a Empresa Eliane Revestimentos Cerâmicos tem grande importância no cenário nacional na fabricação cerâmica. Em 2005, a empresa chegou a produzir quase 40 milhões de metros quadrados. Atualmente (2015), a empresa fabrica cerca de 35 milhões de metros

²⁵ Os dados de produção das empresas pertencente à Eliane que não estão mais em funcionamento são os seguintes: IASA até 2000; Eliane V até: 2002; Céramus II de 2008 a 2010; Eliane Paraná até 2007; Ornato até 2007; Eliane Minas até 2009.

quadrados anualmente. A queda na produção ao longo do tempo pode ser caracterizada pelo fechamento de algumas fábricas produtoras. Em queda nos anos de 2005 e 2007, de 2008 até o ano de 2012, a ELIANE teve um significativo aumento na produção de praticamente 12,5%, saltando de 32 milhões para 36 milhões de metros quadrados de revestimentos cerâmicos.

5 CONCLUSÃO

Ao final deste estudo se pode notar a importância da participação do Estado na elaboração de políticas públicas sociais voltadas para melhor distribuição de renda e a melhora da qualidade de vida de sua população. Os governos dos presidentes Lula e Dilma mostram uma nova fase do Estado, após o período neoliberal da década de 1990, com uma abordagem social desenvolvimentista, concretizada com forte política social, alinhada a políticas econômicas expansionistas para fortalecer o consumo e fomentar o mercado interno brasileiro.

No primeiro mandato do governo do presidente Lula, houve melhora no quadro social e na macroeconomia do país em geral, com melhor distribuição de renda, criação de programas sociais como o Bolsa Família e o Programa Fome Zero, queda nas taxas de desemprego, queda no percentual de inflação e crescimento econômico. Visto isso, em 2007, já no segundo mandato de Lula, o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que promoveu a retomada do planejamento no Brasil, com grandes investimentos em três grandes eixos: Logística, Energia, Social e Urbano. O eixo Social e Urbano foi contemplado com um maior volume de investimentos, voltados para melhora no saneamento básico e no financiamento de moradias. Dentro do PAC, visando à redução do déficit habitacional, em 2009 foi elaborado o Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que oferece diferentes subsídios a faixas de renda de até R\$ 4.650,00, fazendo com que milhares de famílias realizassem o sonho da casa própria.

Pode-se afirmar que o PMCMV é um marco na política habitacional brasileira. De fato, os programas habitacionais que o antecederam foram importantes, principalmente o SFH e o BNH, porém como trazido neste estudo, a inflação deste período e o não atingimento a camadas de menor renda, foram um dos principais problemas destes programas. A política habitacional do governo Lula e Dilma é efetiva na redução do déficit habitacional nas faixas de menor renda, sendo que os dados apresentados neste estudo comprovam, que o déficit habitacional nacional de famílias com renda mensal de até três salários mínimo na série analisada (2007-2012) caem de 90% para 82%, e o déficit total por número de domicílios caem de 5.855.375 para 5.430.562 no mesmo período avaliado, porém o alto custo com

aluguéis e o dispêndio das famílias com aluguel, ainda é um problema a ser enfrentado, para que haja redução ainda maior no déficit.

O saldo de crédito para habitação praticamente dobrou entre 2009 e 2012, concretizando assim maiores investimentos em habitação. No período de 2009 a 2015, 2.469.756 unidades habitacionais foram entregues pelo Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, beneficiando mais de 9 milhões de pessoas.

O setor de construção civil foi influenciado diretamente as ações do governo que retomaram o planejamento no país. Com a elaboração do PAC e do PMCMV, a partir de 2008, a indústria da construção civil aumenta consideravelmente sua participação dentro do PIB nacional, chegando a 6,5% em 2012. E de 2007 a 2014, o número de trabalhadores dentro do grande setor da construção praticamente dobra, saindo de 1,5 milhões para 2,8 milhões em 2014. Sendo assim, confirma-se a forte geração de empregos dentro deste setor. Com aumento expressivo na demanda interna da construção civil, via construção de casas, edificações e grandes obras, o setor cerâmico, que fornece diretamente a construção civil, também é influenciado. Nota-se através dos dados expostos neste estudo, que a produção cerâmica nacional é uma crescente, e que a partir de 2009, chegaram aos maiores volumes da série avaliada (2000-2015), produzindo em 2014 mais de 900 milhões de metros quadrados. Com queda expressiva nas exportações nacionais a partir de 2006, o consumo se volta ao mercado interno, sendo que as vendas de revestimentos cerâmicos no país, de 2000 até 2006, oscilam entre 400 e 500 milhões de metros quadrados. Porém, a partir de 2007 o aumento é expressivo e em 2009, as vendas ultrapassam 600 milhões de metros quadrados, com números crescentes até 2014, superando a venda de 800 milhões de metros quadrados de revestimentos cerâmicos. Sendo assim, entende-se que com o fomento do mercado interno consumidor, as vendas tiveram crescimento expressivo de 26% a partir de 2009.

A região sul catarinense é referência na fabricação de pisos e azulejos no Brasil. Com praticamente 12% de toda a produção nacional, observa-se após a apresentação dos dados, que a produção cerâmica sul catarinense supera a casa de 75 milhões de metros quadrados produzidos em 2009, chegando a mais de 100 milhões de metros quadrados em 2015. As vendas também seguem uma tendência de crescimento, acompanhando as vendas nacionais, com números expressivos a

partir de 2007 e 2009, sendo que neste último, supera a marca de venda de mais de 60 milhões de metros quadrados, e supera os 80 milhões em 2015. Além disso, é um setor com capacidade de geração de empregos, com quase 6000 trabalhadores no sul catarinense em 2015.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Isaura Florisa Gottschall De. **Desigualdades e Políticas Públicas de Habitação no Brasil**. 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

Disponível em:

<http://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8907/1/Isaura%2520Almeida.pdf>. Acesso: 14 nov. 2015

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE CERÂMICA PARA REVESTIMENTOS, LOUÇAS SANITÁRIAS E CONGÊNERES. ANFACER.

Disponível em: <http://www.anfacer.org.br/>. Acesso em: 10 abr. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULAÇÃO - ABAR. **Agências Reguladoras: Instrumentos de Fortalecimento do Estado**. 2003. Disponível em:

<http://www.abar.org.br/biblioteca/publicacoes-abar.html>. Acesso em: 14 nov. 2015.

AZEVEDO, Sérgio de. ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. **Habitação e Poder: Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro. 2011. 111 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. BCB. **Sistema Gerenciador de Série Temporais**. 2000 – 2015. Disponível em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BIANCHI, Ana Maria; SANTOS, Antônio Tiago Loureiro Araújo Dos. Adam Smith: filósofo e economista. **Cadernos IHU ideias**, São Leopoldo, ano 3. N.35. p.1-14, março, 2005. Disponível em: www.faculdadejesuita.edu.br/.../041113-V64B1YgFwQmNn.pdf. Acesso em: 14 nov. 2015

BNDES. Panorama do setor de revestimentos cerâmicos no Brasil. **Informe setorial**. N 23. Nov.de 2013. Disponível em:

www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/.../setorial/Informe_26.pdf. Acesso em: 09 abr. 2016.

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista Eletrônica da Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n.1 2008. Disponível em:

http://www.usjt.br/arb/numero_01.html. Acesso em: 01 nov. 2015.

BRASIL. Casa Civil. Julho, 2009. Disponível em:

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm. Acesso em: 01 nov. 2015a.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação**. Brasília, 2010. 96 p. Disponível em:

http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/id_submenu/230/avancos.pdf. Acesso em: 14 nov. 2015

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional no Brasil 2007** / Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. – Brasília, 2009 129p. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/109-deficit-habitacional-no-brasil-2007/file>. Acesso em: 05 jun.2016

BRASIL. Ministério do Planejamento. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em: 10 nov. 2015b.

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. Indústria da construção civil- a retomada. **Revista Indicadores Econômicos – FEE**. v.37, n2, 2009. Disponível em: revistas.fee.tche.br › Capa › v. 37, n. 2 (2009) › Breitbach. Acesso em: 10 abr. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do Antigo ano novo desenvolvimentismo na América Latina. **Desenvolvimento e Crise: Ensaio em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. 2012. p.27-66. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/12.Do_antigo_ao_novo_desenvolvimentismo.pdf. Acesso em: 30 mar.2016.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Seis investigações sobre o Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, n. 3, 1982, p.269-306. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1982/82-seisinterpretacoes.p.pg.pdf>. Acesso em 11 jul.2016.

CABRAL JR. Marsis. *et al.* Panorama e perspectivas da indústria de revestimentos cerâmicos no Brasil. *Cerâmica Industrial*, 15(3), 2010. Disponível em: www.ceramicaindustrial.org.br/pdf/v15n3/v15n3a01.pdf. Acesso em: 15 abr. 2016.

CANO, Wilson; SILVA, Ana Lúcia Gonçalves da. Política industrial do governo Lula. **Texto para discussão**. Campinas, n.181. jul.2010. Disponível em: horra.com.br/sites/default/files/.../texto181_politica_industrial.pdf. Acesso em: 03 abr. 2016.

CARMO, Edgar Cândido Do. **A Política Habitacional no Brasil Pós Plano Real (1995-2002)- Diretrizes, Princípios, Produção e Financiamento: Uma análise centrada na atuação da Caixa Econômica Federal**. 2006. 191 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada, UNICAMP, Campinas, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000410077>. Acesso em: 12 abr. 2016.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Velhos e novos desenvolvimentismos. **Economia e Sociedade**. Campinas, v.21, Número Especial, p. 749-778, dez. 2012. Disponível em: www3.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/3232.pdf. Acesso em: 26 mar. 2016.

CONSTANTINO, Alberto Oliveira De. ROSA, Sérgio Eduardo Da. CORRÊA, Abidack Raposo. **Panorama do Setor de Revestimentos Cerâmicos**. Set. de 2006. Disponível em: www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/.../rs_rev_ceramicos.pdf. Acesso em: 17 abr. 2016.

CONTE, Fernanda de Paula Ramos. SEVERINO, Lílian Santos Marques. O Brasil e suas políticas sociais: características e consequências para com o desenvolvimento do país e para os agrupamentos sociais de nível de renda mais baixo nas duas últimas décadas. IV ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS. Setembro, 2010. Buenos Aires. **Anais eletrônicos...** Universidade Popular das Mães da praça de Maio. p.21. Disponível em: <http://www.madres.org/documentos/doc20100924143337.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

COSTA, Fernando Nogueira da. Desenvolvimento do Desenvolvimentismo: do socialismo utópico ao social-desenvolvimentismo. Instituto de economia da Unicamp. Campinas. 2012. Disponível em: www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3185&tp=a. Acesso em: 02 abr. 2016.

CURADO, Marcelo. Uma avaliação da economia brasileira no governo Lula. **Economia & Tecnologia**. Ano 07. Volume especial. 2011. Disponível em: www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/.../Marcelo%20Curado.pdf. Acesso em: 04 abr.2016.

ELIANE REVESTIMENTOS CERÂMICOS: Disponível em: <http://www.eliane.com/institucional>. Acesso em: 07 maio. 2016.

FAGNANI, Eduardo. Política e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. **Economia e Sociedade**. Campinas, n.8 p.183-238. Jun.1997. Disponível em: www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=459&tp=a. Acesso em 22 abr.2016.

MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa. et al. Construção civil no Brasil: investimentos e desafios. **Construção Civil**. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/liv_perspectivas/09_Perspectivas_do_Investimento_2010_13_CONSTRUCAO_CIVIL.pdf. Acesso em 09 abr.2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010**. Belo Horizonte, 2013. 78 p. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>. Acesso em 05 nov.2015

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil: 2011-2012**. Belo Horizonte, 2015. 126 p. Disponível em: [fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/559-deficit-habitacional-2011-2012/file](http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/559-deficit-habitacional-2011-2012/file). Acesso em 05 jun. 2016

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, jul.2004. p.3-4. Disponível em:
http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201411191735100.JornalEconomicistasRioTextoRedCFje_jun2004_03.pdf. Acesso em 01 abr.2016.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. 2ed.rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007. 473 p.
HOLFING, Eloísa De Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Caderno Cedes**. São Paulo. Ano XXI, n.55. p. 30-41, 2001. Disponível em:
<http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>. Acesso em: 10 nov. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Ipeadata**. 2000-2015. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em Acesso em: 10 fev. 2016

IPEA. **Perspectivas do desenvolvimento brasileiro**. Brasília 2010. 145p. Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro, Livro 10. Disponível em:
repositorio.ipea.gov.br/.../1/livro10_perspectivasdodesenvolvimento.pdf. Acesso em: 01 abr.2016.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

LIMA, Filipe José Vilarim Da Cunha. **Políticas Públicas Habitacionais Brasileiras e Direito Fundamental a Moradia: Interfaces e Confrontações**. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas - , Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em:
<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/4421>. Acesso em: 10 nov. 2015

MALUF, Renato S; ZIMMERMANN, Silvia A. Políticas municipais de erradicação da fome e promoção da agricultura familiar no Brasil. **Relatórios Técnicos**, 1. Dez.2005. Disponível em: r1.ufrj.br/cpda/ceresan/docs/relatoriotecnico1.pdf. Acesso em 27 mar.2016.

MESQUITA, Camile Sahb. **O programa Bolsa Família: Uma análise de seu impacto e alcance social**. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade de Brasília. Brasília, 2007. Disponível: repositorio.unb.br/bitstream/10482/3144/1/2007_CamileSahbMesquita.pdf. Acesso em 02 abr.2016.

MIRANDA, Joseane Borges De. Impacto dos fatores sistêmicos no setor de cerâmica para revestimento do sul de Santa Catarina. **Ensaio sobre a economia Sul Catarinense**. Criciúma. UNESCO, 2003. p.133-154

MOREIRA, Edilson Marques. Um olhar sobre a atual situação da política habitacional no Brasil. **Fundação de Economia e Estatística**. Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 21-32, 2013. Disponível em:
<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2845>. Acesso em: 10 nov. 2015

NASSIF, André. Tripé Macroeconômico: Limites e Propostas de mudança. **Política social e desenvolvimento**. n.17. Ano 03, Edição Especial. 27p. Abril, 2015. Disponível em: plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/.../Revista_17.pdf . Acesso em: 03 abr.2016.

NOGUEIRA, Vanessa Fabiula Pancioni. **A influência do Neoliberalismo na Constituição Federal de 1988, com enfoque nas emendas ao capítulo da “Ordem Econômica”**. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://up.mackenzie.br/stricto-sensu/direito-politico-e-economico/teses-e-dissertacoes-detalhada/artigo/a-influencia-do-neoliberalismo-na-constituicao-federal-de-1988-com-enfoque-nas-emendas-ao-capitulo-da-ordem-economica/>. Acesso em: 09 nov. 2015

PAC. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/medidas/estimulo-ao-credito-e-ao-financiamento>. Acesso em: 13 abr.2016.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Da Macroeconomia Clássica à Keynesiana**. São Paulo. p.1-42, abril. 1968. Disponível em: www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=649. Acesso em: 08 abr. 2016.

REIS, Fabiana Alves Ferreira Dos. **Os impactos econômicos do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida no setor de Construção Civil na cidade de Belém**. 2011. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Internacional em Gestão Empresarial – (MIM), Fundação Getúlio Vargas – EBAPE, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11258/fabiana.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em 10 nov. 2015.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS. **Rais Vínculo**. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/scripts10/dardoweb.cgi>. Acesso em 05 jun. 2016.

ROMANGNOLI, Alexandre José. **O Programa Minha Casa Minha Vida na política habitacional brasileira: continuidades, inovações e retrocessos**. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: http://www.bdtf.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5539. Acesso em 10 nov. 2015.

RUA, Maria Das Graças; ROMANINI, Roberta. Tipologias e Tipos de Políticas Públicas. **Para Aprender Políticas Públicas**. Instituto de Gestão Econômica e de Políticas Públicas. 2003. p.3-10. Disponível em: igepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_04.pdf. Acesso em 10 out.2015

SANTOS, Cláudio Hamilton M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. Brasília. N. 654 p. 7-32, julho1999. Disponível em: repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2814/1/td_0654.pdf. Acesso em 10 out.2015.

SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas**. 1ed. Brasília, DF: ENAP, 2006.p. 7-289. Disponível em: repositorio.enap.gov.br/handle/1/1254. Acesso em 10 out. 2015

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análises e casos práticos. 2. ed. São Paulo: Congage Learning, 2013.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. Política Macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na Economia Brasileira dos anos 2000. IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira. Rio de Janeiro, RJ.2011. Disponível em: www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/57.pdf . Acesso em: 02 abr. 2016.

SHIMIZU, Júlio Yukio. DOMINGUES, Edson Paulo. **Projeção de impactos econômicos do programa minha casa, minha vida**: uma abordagem de equilíbrio geral computável. ANPEC, 2011. 20 p. Disponível em: https://cedeplar.ufmg.br/economia/dissertacoes/2010/Julio_Yukio_Shimizu.pdf. Acesso em 15 out. 2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Política habitacional brasileira verso e reverso**. São Paulo: Ed. Cortez, 1989. 199 p.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS CERÂMICAS DE CRICIÚMA – SINDICERAM.

Dados de Produção. Disponível em:

http://www.sindiceram.com.br/conteudo.php?int=canal&codigo_can=4. Acesso em: 10 abr.2016.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS CERÂMICAS DE CRICIÚMA – SINDICERAM.

Disponível em:

http://www.sindiceram.com.br/conteudo.php?int=canal&codigo_can=1. Acesso em: 10 abr.2016.

SINDICERAM. Disponível em: <http://www.sindiceram.com.br/>. Acesso em: 10 abr. 2016.

SISCÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renault. Por que um novo desenvolvimentismo? **Jornal dos economistas**, Rio de Janeiro, n.186, jan.2005. p.3-5. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/novo-desenvolvimentismo_jornal.pdf. Acesso em: 01 abr.2016.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas causas. São Paulo. Nova Cultural. 1996. Disponível em: <http://www.libertarianismo.org/livros/asardnone.pdf>. Acesso em: 05 jun.2016.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. **Políticas Públicas – O Papel das**

Políticas Públicas. Bahia. AATR, 2002, p. 1-11. Disponível em:
<http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspublicas.pdf>. Acesso em 10 nov. 2015.